



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE MAIO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex. ^{mos} Srs. Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.º 66 a 78/X, dos projectos de revisão constitucional n.º 2 a 6/X e dos projectos de resolução n.º 30 e 31/X.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Ética relativo à assunção de mandato de um Deputado do CDS-PP.

O Sr. Presidente deu conta à Câmara da informação do Presidente da República de que no regresso a Lisboa da sua viagem ao Japão fará uma escala técnica em Hong Kong.

Em debate mensal de interesse relevante, requerido pelo PCP, sobre a indústria têxtil e do vestuário, abriu o debate com a apresentação do relatório da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional o Sr. Deputado Maximiano Martins (PS), tendo depois usado da palavra, a diverso título, além do Sr.

Ministro da Economia e da Inovação (Manuel Pinho) e do Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional (Fernando Medina), os Srs. Deputados Agostinho Lopes (PCP), Fernando Santos Pereira (PSD), João Teixeira Lopes (BE), Honório Novo (PCP), Vítor Ramalho (PS), Carlos Pinto (PSD), Agostinho Lopes (PCP), Emídio Guerreiro (PSD), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Luís Braga da Cruz (PS), Mariana Alveca (BE) e Vítor Pereira (PS).

A encerrar o debate intervieram os Srs. Deputados Francisco Madeira Lopes (Os Verdes), Francisco Louçã (BE), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Honório Novo (PCP), Rosário Cardoso Águas (PSD), Miguel Laranjeiro (PS) e, ainda, o Sr. Ministro da Economia e da Inovação.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Glória Maria da Silva Araújo
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Apolinário Nunes Portada
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Luís Pereira Carneiro
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Garcia Braga da Cruz
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte

Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Susana de Fátima Carvalho Amador
Teresa Maria Neto Venda
Victor Manuel Bento Baptista
Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Pinto
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira

Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ermídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando dos Santos Antunes
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Jaime Carlos Marta Soares
João Bosco Soares Mota Amaral
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Manuel Filipe Correia de Jesus
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Bernardino José Torrão Soares
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro

José Honório Faria Gonçalves Novo
Maria Luísa Raimundo Mesquita
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
José Miguel Nunes Anacoreta Correia
José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Manuel Armando Dias Alves
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Paulo Sacadura Cabral Portas
Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Ana Isabel Drago Lobato
Fernando José Mendes Rosas
Francisco Anacleto Louçã
Helena Maria Moura Pinto
João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai proceder à leitura do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Maria Carrilho): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.^{os} 66/X — Altera a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias) (PCP), que baixou às 1.^a e 7.^a Comissões, 67/X — Revoga o Código do Trabalho e aprova uma nova legislação laboral (PCP), que baixou à 11.^a Comissão, 68/X — Altera as regras do sigilo bancário para garantir o combate eficaz à fraude fiscal (BE), que baixou à 6.^a Comissão, 69/X — Altera o Código da Publicidade, proibindo a publicidade a bebidas alcoólicas nas federações desportivas, ligas profissionais, sociedades desportivas e clubes desportivos (BE), que baixou à 8.^a Comissão, 70/X — Difusão da música portuguesa na rádio (PS), que baixou à 8.^a Comissão, 71/X — Regula os processos de deslocalização e encerramento de empresas (PCP), que baixou à 6.^a Comissão, 72/X — Restauração da freguesia de Marmelar, no concelho da Vidigueira (CDS-PP), que baixou à 7.^a Comissão, 73/X — Altera o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis no caso dos prédios cuja propriedade esteja registada em regiões com regime fiscal claramente mais favorável (BE), que baixou à 5.^a Comissão, 74/X — Pensões degradadas da Administração Pública (BE), que baixou à 11.^a Comissão, 75/X — Altera a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, consagrando um novo regime para a convocação e funcionamento de assembleias extraordinárias dos municípios e das freguesias (BE), que baixou às 1.^a e 7.^a Comissões, 76/X — Alarga as competências dos órgãos deliberativos das autarquias locais (BE), que baixou às 1.^a e 7.^a Comissões, 77/X — Altera o Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de Fevereiro, alargando o regime aí previsto a todos os ex-trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, SA, independentemente da data de cessação do vínculo profissional (BE), que baixou à 11.^a Comissão, e 78/X — Estabelece normas sobre cessação da relação pública de emprego de cargos dirigentes (CDS-PP), que baixou à 1.^a Comissão; projectos de revisão constitucional n.^{os} 2/X, (PCP), 3/X (PSD), 4/X (CDS-PP), 5/X (Deputados do PSD Miguel Pignatelli Queiroz e Nuno da Câmara Pereira) e 6/X (Os Verdes), que baixaram à Comissão Eventual para a Revisão Constitucional; projectos de resolução n.^{os} 30/X — Propõe ao Governo que crie um programa de emergência para enfrentar a crise na indústria têxtil, incluindo medidas de apoio especial aos trabalhadores desempregados (BE) e 31/X — Medidas relativas ao sector têxtil (PS).

Srs. Deputados, deu ainda entrada na Mesa um relatório e parecer da Comissão de Ética, relativo à assunção do mandato de Deputado, nos termos do artigo 6.^º, n.^{os} 1 e 2 do Estatuto dos Deputados, com

efeitos desde 19 de Maio corrente, inclusive, de Abel Baptista (CDS-PP), círculo eleitoral de Viana de Castelo, cessando Manuel Armando Dias Alves.

O parecer é no sentido de que a assunção do respectivo mandato é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, aproveito ainda para comunicar que recebemos uma informação da Presidência da República, segundo a qual o Sr. Presidente da República, no seu regresso a Lisboa da deslocação ao Japão, já autorizada por resolução da Assembleia, fará uma escala técnica de cerca de 28 horas em Hong Kong. Tal facto foi comunicado à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e agora ao Plenário da Assembleia da República.

Srs. Deputados, vamos dar início a um debate mensal de interesse relevante, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre a temática dos têxteis em Portugal e na Europa.

Para introduzir o debate, tem a palavra o autor do relatório da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, o Sr. Deputado Maximiano Martins.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, apresentarei de seguida o relatório aprovado hoje, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional.

A ronda de negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC), denominada de *Uruguay Round* na transição dos anos 80 para os anos 90, e a adesão da China à Organização Mundial de Comércio em 1 de Janeiro de 2002 são os antecedentes próximos da recente liberalização do sector têxtil e das dificuldades que as empresas portuguesas do sector enfrentam face à globalização e à concorrência, em particular dos países asiáticos.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — O acordo então assinado, no quadro do *Uruguay Round*, estabeleceu um período de 10 anos, a partir de 1 de Janeiro de 1995, para a liberalização das trocas comerciais do sector, de acordo com as normas da Organização Mundial de Comércio. No final do período, ou seja, em 1 de Janeiro de 2005, segundo fases de desmantelamento das quotas de importação, todos os produtos do sector deviam estar plenamente integrados naquelas normas da Organização. A fixação de um período longo e o seu faseamento visavam permitir aos países membros da OMC em que existiam quotas de importação, em particular os países ocidentais com elevados salários e altos standards sociais, face aos produtores a baixos preços, períodos de adaptação do sector à livre concorrência.

Todos sabemos que são de grande dimensão os problemas económicos e sociais inerentes aos ajustamentos que a indústria têxtil portuguesa realizou, está realizar e terá de vir a realizar. A este propósito, o Centro de Estudos Têxteis Aplicados (CENESTAP) — uma associação de utilidade pública sem fins lucrativos que integra entidades universitárias, associações empresariais e institutos públicos — diz o seguinte: «(...) A partir de 2005, Portugal está sujeito à livre concorrência, de uma vez só, em 80,1% das exportações nacionais que até à data [1 de Janeiro de 2005] estavam protegidas no mercado comunitário, sendo este o maior desafio à indústria têxtil nacional no curto prazo.

Contudo, os efeitos já se fazem sentir na União Europeia e, naturalmente, em Portugal. A Comunidade perdeu cerca de 300 000 trabalhadores entre 2000 e 2003, o que se traduz numa redução de 14% da mão-de-obra na indústria têxtil e de vestuário.

Portugal mantém esta tendência, tendo perdido, segundo estimativas do observatório têxtil do CENESTAP, cerca de 14 000 postos de trabalho por ano entre 2000 e 2004.»

Por outro lado, ainda de acordo com a análise prospectiva desta entidade, «a indústria têxtil nacional poderá perder, entre 2004 e 2010, cerca de 70 000 postos de trabalho. Esta situação torna-se ainda mais alarmante se tivermos em conta a concentração geográfica desta indústria. De facto, cerca de 80% dos efectivos exercem a sua actividade no Norte. Para regiões como o Cávado e o Ave, a indústria têxtil e de vestuário representa mais de 2/3 da actividade transformadora».

A dimensão económica e social deste ajustamento muito problemático tem a maior relevância política e só por si justifica que a Assembleia da República acompanhe o processo no terreno e a implementação das políticas públicas adequadas que o Governo não pode deixar de accionar em nome do bem-estar dos portugueses e da coesão económica, social e territorial.

É bom de ver a natureza decisiva das negociações internacionais em matéria de comércio têxtil. Neste âmbito, há que ter em conta que o fórum próprio negocial é a OMC e que as competências de negociação internacional em matéria de política comercial são da União Europeia e não dos seus Estados-membros individualmente considerados.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — O principal instrumento de que a União Europeia dispõe é a chamada cláusula de salvaguarda, prevista no protocolo de acesso da China à Organização Mundial do Comércio, assinado em 2001, que pode ser invocada por qualquer Estado-membro desta organização face a distúrbios ocorridos nos mercados decorrentes da evolução abrupta das importações. O accionamento desta cláusula pode ocorrer (é bom que se sublinhe) apenas até 2008 e assume (é também bom que se sublinhe), por natureza, um carácter excepcional e transitório.

Aplausos do PS.

Nos termos desta cláusula, a União Europeia publicou, a 6 de Abril de 2005, os critérios para a implementação de medidas de salvaguarda. Subsequentemente, no dia 25 de Abril deste ano, a Comissão Europeia decidiu abrir inquérito — um passo necessário ao accionamento da cláusula de salvaguarda — a nove categorias de produtos têxteis chineses exportados para a União, cujas importações aumentaram entre 51% e 534% desde o início do ano. Estas categorias são conhecidas dos Srs. Deputados e do grande público por terem sido noticiadas na comunicação geral.

Face a esta decisão da Comissão, o Ministro da Economia e da Inovação do Governo português, em carta enviada ao Comissário Mandelson, reiterou o pedido de procedimento de urgência para aquelas categorias de produtos e informou da posição portuguesa, envolvendo a necessidade de incluir no procedimento de investigação e urgência outros produtos de grande relevância para Portugal como os têxteis-lar, que, não tendo sido até agora objecto de inquérito por parte da Comissão, estão, porém, sob o regime de observação.

O Sr. Ministro da Economia solicitou também abertura para a investigação de outros produtos importantes da indústria têxtil e de vestuário portuguesa.

A Comissão Europeia seguiu o caminho que levará ao accionamento provável da cláusula de salvaguarda no âmbito do têxtil. De resto, também os Estados Unidos seguiram procedimento equivalente.

O Governo português tem assumido, nesta matéria, a necessidade de monitorização e accionamento da cláusula de salvaguarda por parte da União, em aliança com outros Estados-membros, posição que tem sido tomada tanto formalmente, por carta dirigida ao Comissário competente, como informalmente, como é o caso dos contactos e declarações ocorridos na última reunião informal de ministros, no Luxemburgo, que teve lugar há bem pouco tempo.

A Comissão Europeia dispõe de outros mecanismos: o Sistema Generalizado de Preferências (SGP), no qual está em causa a consideração ou não da Índia neste sistema da União Europeia; a revisão das regras de origem; o reforço da zona euro-mediterrânea, prejudicada pelo desvio de comércio provocado pela concorrência da China; ou ainda, de forma positiva e pró-activa, as respostas tecnológicas que a cooperação no seio da União poderá acelerar, designadamente a plataforma tecnológica europeia para o futuro dos têxteis e do vestuário.

Para concluir, devo dizer, Srs. Deputados, que não restam dúvidas sobre a intensidade dos desafios que a indústria portuguesa enfrenta bem como sobre a sua natureza estrutural. Esta constatação significa impactos fortes e duradouros sobre empresas e territórios com custos sociais elevados.

Recorda-se que a indústria têxtil e de vestuário representa, em Portugal, cerca de 200 000 trabalhadores, com uma elevadíssima concentração na região Norte, mas com uma importância igualmente relevante na região Centro e Centro Litoral.

Há questões a ter em conta, como a dos comportamentos da China em matéria de reciprocidade, de transparência, de cumprimento das regras de comércio, nomeadamente a existência de subvenções às exportações, práticas *anti-dumping*, desvalorização artificial da moeda, barreiras tarifárias, etc.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Mas, Sr. ^{as}s e Srs. Deputados, é bom que tenhamos em conta que os elementos mais preocupantes em Portugal são de natureza estrutural, os quais dizem respeito aos agentes económicos, às empresas, aos empresários, aos trabalhadores, aos protagonistas das regiões — os autarcas, as associações empresariais, as associações de desenvolvimento local, as universidades e tantas outras entidades — e, evidentemente, ao Governo, que deve desenvolver as políticas públicas adequadas na linha do que recentemente fez com o programa AGIIRE, anunciado no Conselho de Ministros de Braga, em Abril deste ano.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr. ^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que comece por saudar, neste debate, os trabalhadores da Belino & Belino e as suas estruturas sindicais, representando milhares de trabalhadores têxteis portugueses que, lutando pelos seus direitos e salários, pugnam certamente pela defesa deste importante sector da nossa economia.

Aplausos do PCP.

Gostaria de saudar também os empresários que se encontram a assistir ao debate e as suas associações, certos de que este debate possa contribuir para a defesa deste sector de actividade.

Os graves problemas que o sector do têxtil e vestuário português enfrenta hoje transformaram-se numa campanha de manipulação, onde tudo é feito para ocultar as responsabilidades políticas dos sucessivos governos do PSD, do PS e do PSD/CDS-PP.

Académicas reflexões e compungidas perorações, mesmo que bem intencionadas, objectivamente mais não procuram que fazer esquecer o desenvolvimento de um processo nas suas múltiplas fases e as responsabilidades da política de direita, pelas opções tomadas, pelas políticas concretizadas e por cumplicidades assumidas.

É assim que, na voz dos liberais e neoliberais, o triste estado a que chegaram os têxteis portugueses se deve, no essencial, para uns aos seus empresários e para outros à China.

Quem vendeu e quem comprou a tese de que a liberalização planetária do comércio internacional era um processo onde todos ganham — os países pobres e os países ricos, os trabalhadores, as pequenas empresas e as transnacionais? Que a Organização Mundial do Comércio, as suas regras, ditadas pelo grande capital financeiro e as grandes potências, se destinava a apoiar o desenvolvimento dos países do terceiro mundo? Se calhar, foi por isso que se esvaziaram as funções da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), órgão da ONU a favor da OMC.

A dita livre concorrência no mercado globalizado é hoje uma feroz batalha, onde vale tudo, até «tirar olhos», fazendo um leilão a nível mundial da força de trabalho dos diversos países! Com uma pequena diferença face ao leilão tradicional: é um leilão a ver quem dá menos, menos salários, menos direitos, com os leiloeiros, as transnacionais, a arrecadar os lucros, nessa competição sem saída nem futuro, massacrando os povos, os trabalhadores e os países menos desenvolvidos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se dúvidas houvesse, a posição tornada pública, no passado dia 13 de Maio, pela Associação de Comércio Internacional, que representa grupos como o Carrefour, o Grupo Auchan, o Metro, o nosso bem conhecido Inditex/Zara e outros, é esclarecedora: «A Associação está chocada pelas acções da Comissão Europeia, o desencadeamento do processo das cláusulas de salvaguarda, que tem um impacto extremamente negativo para os importadores e retalhistas».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quem pôs os trabalhadores e os pequenos e médios empresários têxteis de todo o mundo a concorrer «livremente» entre si em 1995 não foi a China! Foram os Estados Unidos e a União Europeia! Que palavras se ouviram, então, do governo português sobre o negócio? Zero!

Quem, em 1999 e 2000, negociou a entrada da China na OMC? Os mesmos! E que disse ou fez, então, o governo português, apesar de alertado nesta Assembleia da República? Zero! Entregou a defesa dos têxteis portugueses à boa vontade da Comissão e do Comissário Lamy, que certamente, pelas boas provas dadas nas negociações em nome da União Europeia, em particular no têxtil e na agricultura, na OMC, foi agora escolhido para ser director-geral.

O que fizeram os governos portugueses, entre 1995 e Janeiro de 2005, para preparar o sector têxtil e do vestuário português para a liberalização que aí vinha, que era certa e onde estavam incluídos os têxteis da China, da Índia, do Paquistão, do Magrebe, etc., etc.?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — De quem é a responsabilidade por fazer cumprir as leis portuguesas (do comércio, laborais, da segurança social e do fisco) pelos comerciantes chineses e outros instalados no País? Mas, se sucessivos governos não o fizeram, nem fazem, relativamente à grande distribuição...

É também uma mistificação a que tenta passar a responsabilidade dos políticos e políticas que defenderam e defendem a liberalização do comércio e não promoveram de forma suficiente as mudanças estruturais no sector têxtil e do vestuário, de forma genérica e abstracta para os «empresários».

Há maus empresários, que fogem ao fisco, que não pagam à segurança social, que gastam indevidamente fundos comunitários, que fazem falências fraudulentas. Mas para que servem as inspecções do trabalho, da

segurança social, das actividades económicas, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) e os tribunais? De quem é ainda a responsabilidade?

Mas também cabe perguntar: quem lançou e insiste no chamado «empreendedorismo», na multiplicação dos empresários, sem pôr em causa essa opção pessoal e de vida, como solução para os problemas económicos? Quem estimulou e estimula milhares de desempregados, incluindo as vítimas dos processos de deslocalização, a caminharem para a situação de empresários?

Há responsabilidade, sim! Há responsabilidade de algumas das suas organizações, do papel das grandes confederações portuguesas no apoio às políticas de direita que conduziram ao «buraco» onde hoje nos encontramos!

Infelizmente, para o sector têxtil não foram tidas em conta as prevenções e propostas que então o PCP fez insistente, inclusive numas jornadas parlamentares que, em 1991, realizou em Guimarães.

Mas o sector têxtil (e outros sectores exportadores) perde competitividade no mercado interno e externo. Quais as razões dessas perda de competitividade? É apenas um problema de custos comparativos de mão-de-obra?

Quem decidiu que um país com uma economia fraca, como Portugal, podia aguentar uma moeda forte como o marco? Cálculos feitos mostram que entre 1991 e 2003 (fase do euro e da convergência para o euro) a competitividade-preço da economia portuguesa perdeu 29%.

E que dizer dos custos de outros factores de competitividade, sempre esquecidos na abordagem da capacidade concorrencial da economia portuguesa?

Há alguma coisa a dizer dos custos da energia, das telecomunicações, dos transportes, que, em geral, as empresas portuguesas têm, incluindo as têxteis, com diferenciais relativamente aos seus congéneres e concorrentes de outros países?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E que dizer dos custos bancários? Terá, por exemplo, alguma coisa a ver com as dificuldades de tantas empresas portuguesas o crescimento das taxas de lucro de 43% dos quatro maiores bancos privados portugueses durante o primeiro trimestre de 2005, para não falar de 2004, de 2003, etc.?

E qual é a história dos fundos comunitários? Terá sido uma boa e criteriosa aplicação dos fundos comunitários e nacionais a iniciativa RETEX, que tinha por objectivo a «modernização e diversificação das regiões têxteis», dar cerca de 1,4 milhões de contos em mais de 50 projectos a empresas exportadoras de vinho do Porto e incentivos para cerca de 50 projectos de empresas do Grupo Amorim de mais de 1,6 milhões de contos?!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quem são os responsáveis pela baixa qualificação dos recursos humanos no sector? De quem é a responsabilidade por continuarem a ser algumas das regiões têxteis do País recordistas do abandono e insucesso escolares? Quem são os responsáveis pela consolidação do modelo de mão-de-obra barata e produções de baixo valor acrescentado?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É necessário agir com urgência, a urgência que deveria ter acontecido pelo menos em 1995 e acelerada a partir de 2000.

A boa consideração da variável tempo é estratégica para responder à situação presente. As cláusulas de salvaguarda, cujo accionamento foi ontem mais uma vez solicitado por mais de 20 000 cidadãos, em grande parte trabalhadores e empresários do sector, em petição entregue aos órgãos de soberania por iniciativa do PCP, são uma exigência inadiável.

Mas, como temos vindo a insistir, é necessário agir em Portugal e na União Europeia, reclamando da União Europeia a criação de um programa comunitário específico e agindo em Portugal para a reestruturação do sector, partindo do que há, emprego e empresas. O que não significa ficar amarrado ao que existe. Significa defender o desenvolvimento de todas as empresas susceptíveis de viabilidade económica.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Neste quadro, propomos o avanço em cinco medidas concretas e necessárias: estabelecer, no imediato, uma rede de segurança social reforçada; fazer uma rápida avaliação de áreas territoriais e subsectores em risco iminente ou potencial de encerramento e desemprego em massa; fazer com que os apoios oficiais sejam vocacionados para as empresas que existem e não para as empresas que deviam existir, mas não existem.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Repensar os meios e os modos de financiamento bancário dos projectos de apoio financeiro, tendo presente a situação de descapitalização e desequilíbrio de muitas empresas. Defender o mercado nacional através da fiscalização e outras medidas, velando para que todos cumpram os normativos legais na actividade produtiva e comercial, combater as deslocalizações e favorecer a penetração exterior das exportações portuguesas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao longo dos últimos quinze anos a morte do têxtil foi várias vezes anunciada. De um lado, directores-gerais e peritos duvidosos declarando ao mundo que o têxtil nacional não tem futuro. Do outro lado, industriais e trabalhadores recusando a ideia.

Quinze anos depois, cabe ao Governo e aos protagonistas principais dizer que o têxtil tem futuro!

Para isso, é necessário agir com urgência, eficiência e coragem. O têxtil não pode esperar mais! Como já aqui uma vez dissemos, se não, pode ser a última vez que espera.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e da Inovação.

O Sr. Ministro da Economia e da Inovação (Manuel Pinho): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É uma grande honra estar aqui, sobretudo para discutir um tema tão importante como o do futuro da indústria têxtil.

A indústria têxtil é um sector extremamente importante na nossa economia pela sua representação nas exportações, no emprego e na produção industrial.

Gostaria de separar dois planos numa indústria que está a viver grandes desafios: o plano que diz respeito ao aumento brutal das exportações provenientes da República Popular da China e o plano que tem a ver com a liberalização do sector.

Este problema é sério não só para Portugal mas também para um grande número de países da União Europeia, designadamente para 13 países. Aliás, países como a França e a Itália têm quase 1 milhão de empregos em risco no sector têxtil.

Começo por abordar a questão que tem a ver com o aumento brutal das exportações provenientes da China, para referir as acções que foram tomadas no último mês.

No dia 4 de Abril escrevi ao Comissário Europeu para o Comércio, Peter Mandelson, dando conta da minha preocupação pela situação que se estava a criar.

No dia 24 de Abril o Comissário Mandelson anunciou a abertura de um inquérito para nove produtos, inquérito esse que conduziria a um procedimento lento e para uma categoria de produtos que julgamos insuficiente.

Liderei, conjuntamente com os respectivos ministros francês e italiano, o conjunto dos 13 países que fizeram dois pedidos. Em primeiro lugar, a adopção de um procedimento rápido. Um procedimento que é previsto no tratado de adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC). O que pedimos não é uma violação de qualquer regra, é uma actuação expedita e proporcional à gravidade do problema.

Aplausos do PS.

Pedimos também que o número de produtos sobre o qual seria realizado o inquérito não fosse reduzido a nove. Não só porque alguns produtos (caso dos têxteis-lar) nos prejudicam muito especialmente como (basta ter olhos para ver) porque há um conjunto de 21 produtos sobre o qual existe clara evidência de que é necessário um procedimento especial.

Portugal liderou, repito, conjuntamente com os governos francês e italiano, a acção do conjunto destes 13 países com vista à adopção de um procedimento diferente.

Aplausos do PS.

Ontem, o Comissário Mandelson telefonou-me — aliás, na sequência do accionamento da cláusula de salvaguarda pelos Estados Unidos na última semana —, dizendo que a União Europeia vai finalmente adoptar um procedimento rápido, mas apenas para duas categorias de produtos: *T-shirts* e produtos de linho.

A nossa opinião é que tal procedimento é insuficiente e que, mal exista evidência suficiente, deve ser accionado um procedimento de urgência também para uma vasta gama de produtos que estão a ser afectados.

Em resultado deste procedimento da União Europeia, sucede o seguinte: imediatamente são iniciadas conversações com o governo chinês, que é suposto autolimitar as suas exportações à média verificada entre

Fevereiro de 2004 e Fevereiro de 2005, mais 7,5%. Caso tal não seja aceite pelo governo da República Popular da China, serão accionadas cláusulas de salvaguarda.

De facto, os números verificados no primeiro trimestre são abissais. Há produtos em que o valor das exportações aumentou 200%, 300% e 400% e, não menos importante, os preços baixaram 20%, 30% ou 40%.

Somos adeptos da promoção do comércio internacional de uma forma ordenada e não de uma forma selvagem. Aquilo por que nos estamos a bater é pela adopção de procedimentos que estão consagrados nos tratados.

Gostaria de não me ficar apenas pelos casos negativos. Há vários casos de sucesso na nossa indústria têxtil que convém dar como exemplo para provar que se trata de uma indústria que tem futuro.

Passo a citar o exemplo de algumas estratégias (para os interessados posso fornecer os detalhes) de empresas que conseguiram aumentar a sua competitividade e tornar-se exemplos à escala internacional: primeiro, apostando em novos materiais, novas fibras e novas estruturas; segundo, apostando na marca, na distribuição e no design; terceiro, apostando em produtos de nicho; quarto, inovando em processos de acabamento e acabamentos específicos para novas fibras; e, quinto, apostando no desenvolvimento de têxteis técnicos e funcionais.

Não devemos esquecer estas empresas, que são competitivas à escala internacional e o melhor exemplo de que o sector têxtil não está condenado e tem futuro, desde o momento em que sejam adoptadas as políticas certas — políticas empresariais, por um lado, porque são as empresas no fim do dia quem consegue ou não adaptar-se e criar riqueza, e políticas públicas.

Este Governo está empenhado prosseguir em políticas públicas activas de forma a atingir a sua prioridade número um, que é a economia portuguesa crescer mais e melhor.

Cresça a economia portuguesa mais e melhor e não só o nível de vida dos portugueses se aproxima da média da União Europeia mas todos os casos sectoriais, como os da indústria têxtil, serão mais fáceis de resolver.

O instrumento que elegemos para promover o crescimento é o plano tecnológico.

Nos dois primeiros meses do Governo, foram aprovados os Programas Inov-Jovem e Inov Contacto, foram repostos os benefícios fiscais às despesas com investigação e desenvolvimento e foram criados os PIN, que deverão permitir novo investimento privado no valor de 5000 milhões de euros.

No dia 31 de Junho estará pronto o compromisso assumido para a Legislatura no que respeita a grandes obras infra-estruturais, num montante que deverá ultrapassar 20 000 milhões de euros.

É importante criarmos investimento. Não basta falarmos dos factores intangíveis, como o progresso tecnológico e a inovação, precisamos de alimentar o investimento através de factores concretos, como o investimento, e o Governo está fortemente empenhado nisso.

Aplausos do PS.

A terminar, refiro ainda dois programas específicos em relação à industria têxtil, cuja situação é uma verdadeira prioridade.

Em primeiro lugar, a reconfiguração do programa Dínamo em três eixos: o primeiro eixo vocacionado para a imagem e a internacionalização; o segundo eixo vocacionado para a formação; e o terceiro eixo vocacionado para a inovação e desenvolvimento no aspecto dos materiais, da tecnologia, dos sistemas de informação avançados.

A reconfiguração do programa Dínamo é, pois, uma primeira linha de acção. A segunda é o programa AGIIRE, que, sob coordenação do Ministério da Economia e da Inovação, vai agregar os esforços de várias áreas como o Ministério do Trabalho e o Ministério das Finanças, para, num clima de grande proximidade, tentar coordenar todos os instrumentos disponíveis para ajudar as empresas em dificuldade temporária mas com manifesta viabilidade no médio prazo.

Termino como comecei, dizendo que há dois níveis de problemas na indústria têxtil: um, de curto prazo, associado ao aumento brutal das exportações provenientes da República Popular da China, em relação ao qual o Governo português tem feito tudo, mas rigorosamente tudo, para que sejam adoptadas as medidas possíveis e necessárias, e outro, até 2008, associado a um grande desafio de adaptação neste sector, no qual o Estado está empenhado através de políticas públicas, às quais, estou certo, as empresas saberão reagir.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira.

O Sr. Fernando Santos Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia e da Inovação, ao ouvi-lo parece que podemos ficar descansados, mas tal não é verdade, porque a situação do sector têxtil é preocupante e as dificuldades aumentam desde o início do ano e de dia para dia.

Quando, semanalmente, chego ao meu concelho, constato que mais empresas foram encerradas. O número de desempregados inscritos em Barcelos, que é o maior produtor de malha têxtil da Europa, tem vindo

a aumentar mensalmente. No mês de Fevereiro eram 500, no mês de Março 582 e no mês de Abril 583. Esta é a realidade que temos de enfrentar, Sr. Ministro. E enfrentar como? Nos contactos que faço semanalmente com os empresários e com os trabalhadores, verifico que eles querem da parte do Governo mais agressividade, querem um Governo intervintivo, que fale menos em choque e em inovação e que tenha acção.

O Governo tem de estar na primeira linha europeia a defender este sector, e isso não tem acontecido, Sr. Ministro. O Governo não pode ficar quieto, andar a reboque ou ficar à espera de telefonemas.

Na política externa, os têxteis não podem ficar para último ou para segundo plano, por isso não estranho a acusação que ouvi fazer ao Governo de o Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros andarem a fazer pressão para o Eng.º Guterres ser Alto Comissário da ONU e não ligarem ao sector têxtil. Ouvi isto aos empresários do sector têxtil.

Sr. Ministro, para Portugal são mais importantes as 200 000 pessoas que dependem dos têxteis ou as provas orais do Eng.º Guterres? Para nós, Sr. Ministro, são mais importantes as pessoas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A este respeito, cito-lhe um exemplo, Sr. Ministro: a União Europeia está a fazer um inquérito ao sector têxtil para fundamentar a sua posição futura ou mesmo imediata — inquérito que tenho comigo —, mas o Governo nada disse sobre a importância e significado deste estudo aos produtores, aos fornecedores e aos exportadores, que são as pessoas que podem responder ao referido inquérito. Nós também defendemos os produtores e nos contactos que faço no meu círculo eleitoral, quando falo no inquérito, eles nada sabem sobre isso. Então, o Governo não deveria empenhar-se ao máximo na divulgação deste inquérito, cujo prazo termina na sexta-feira? Penso que sim.

Ainda recentemente — e isso, aliás, foi citado pelo relator da Comissão — realizou-se um Conselho de Ministros em Amares, no qual foi feita uma convocatória aos empresários para irem ao CITEVE, onde se dizia que iam ser anunciadas medidas para o sector têxtil. Foi este o grande tema da convocatória. Mais de 200 empresários estiveram lá com o Sr. Ministro, com o Sr. Primeiro-Ministro e com o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social para ouvirem as tão célebres medidas para o sector têxtil. O que é que viram ou ouviram os empresários? Viram ser assinados os protocolos com os Cafés Delta, com a SONAE e com as Águas do Alqueva. Medidas ou palavras sobre o sector têxtil, Sr. Ministro, foram zero. Nadal N-a-d-a!

Protestos do PS.

O Orador: — Não estejam nervosos. Esse nervosismo ficaria bem à saída do CITEVE!

Sr. Ministro, vou dizer-lhe frontalmente aquilo que os empresários disseram no fim: que aquela reunião foi uma vergonha.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira concluir.

O Orador: — Peço ao Governo que seja mais activo e que não seja um Governo de faz-de-conta.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia e da Inovação, gostava de colocar a V. Ex.^a algumas questões.

O Sr. Ministro falou na necessidade de accionar a cláusula de salvaguarda, mas disse que precisava de mais evidências. As evidências, Sr. Ministro, são o dia-a-dia do nosso país.

Também achamos que a cláusula de salvaguarda não é a solução para a crise no sector, ela é uma «aspirina», mas, neste momento, enquanto medida de emergência, é necessária. Queremos saber quando é que as evidências serão suficientes para que se inicie o processo.

Queremos ainda saber que medidas tenciona o Governo tomar na fiscalização em relação, por exemplo, à regulação internacional. Não nos podemos esquecer, Sr. Ministro, que estamos a lidar com uma questão de *dumping social*, com um país de capitalismo selvagem, de exploração desenfreada da mão-de-obra, como é o caso da China, de exploração do trabalho infantil, de pagamento de baixíssimas remunerações e de danos ambientais tremendos. É necessário que o Governo tenha um palavrão a dizer nas instâncias internacionais sobre esta questão.

Gostava ainda de o questionar sobre que medidas pretende o Governo tomar no que diz respeito à criação de emprego, porque é fundamental criar emprego, e se o Governo está ou não disposto a incentivar, através de incentivos fiscais ou mesmo de isenção de contribuições para a segurança social por um curto período de tempo, as empresas que se comprometam a empregar permanentemente novos trabalhadores.

descobre que não devem ser nove, mas 22, os produtos a serem observados e fiscalizados nas suas incidências relativamente à exportação?

Finalmente, Sr. Ministro, deixe-me dizer-lhe que, hoje, vem nos jornais a notícia de que a Comissão Europeia divulgou o processo de urgência relativamente a apenas dois produtos, dos 22 que interessam a Portugal. E o Sr. Ministro vem dizer-nos, segundo aquilo que podemos ler nos jornais, que pensa que esta medida é positiva. Pois olhe, Sr. Ministro, fique-se com a sua, eu fico-me com a minha! É positiva, mas é profundamente atrasada e completamente insuficiente!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E o que espanta...

O Sr. Presidente: — O seu tempo esgotou-se, Sr. Deputado. Queira concluir, por favor.

O Orador: — Concluo, Sr. Presidente, com esta afirmação: o que espanta é que o Sr. Ministro venha aqui, hoje, dizer que ainda vai estar à espera de outras evidências...

Protestos do PS.

... e que só verificadas estas evidências é que vai requerer o processo de urgência em relação aos outros 20 produtos que atacam e prejudicam tanto a economia nacional!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Ministro da Economia e da Inovação para responder a este primeiro grupo de perguntas, para o que dispõe de 5 minutos.

O Sr. Ministro da Economia e da Inovação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por responder às questões apresentadas pelo PSD, nomeadamente à observação de que o Governo «anda a reboque». Creio ser claro que o Governo não «anda a reboque»!

O Sr. Jaime Soares (PSD): — Anda de marcha-atrás!

O Orador: — No total de países da União Europeia, há 13 que têm um problema semelhante, no que concerne aos têxteis. Sucede que foi o governo francês, o italiano e o português que lideraram esta acção junto da Comissão. Portanto, «a reboque» não andou!

Aplausos do PS.

Uma outra questão: o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira referiu que o Governo não respondeu a um inquérito. A isto respondo-lhe que o Sr. Deputado não sabe do que está a falar, pois não é o Governo que tem de responder a um inquérito,...

Protestos do Deputado do PSD Fernando Santos Pereira.

... são as associações e a Direcção-Geral da Empresa do Ministério da Economia e Inovação fez o que lhe cabia, que foi enviar às associações este inquérito, pedindo-lhes celeridade...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e, segundo as informações obtidas, haverá respostas até ao final da semana. Portanto, o Governo, obviamente, não fez aquilo que incumbe às associações.

Relativamente ao CITEVE, que é uma instituição muito importante e à qual o Governo e o Ministério da Economia e Inovação dão tanta importância que, na reunião em que julgo que o Sr. Deputado esteve presente,...

Protestos do PSD.

O Orador: — Não esteve presente?

Vozes do PS: — Não! Ouiu dizer!

O Orador: — É do círculo, mas não esteve presente.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Isso não interessa!

O **Orador**: — Bom, mas a importância que damos ao CITEVE é tal que, nessa ocasião, convidámos o seu presidente, que, por sinal, é o director-geral dos centros tecnológicos, a integrar a administração do IAPMEI, cargo para o qual foi empossado há dois dias. Portanto, não damos muita importância ao CITEVE, damos muitíssima importância!

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do Deputado do PSD Hermínio Loureiro.

Relativamente à questão suscitada pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes, esclareço que só com base em evidência mensal e no valor acumulado de três meses é que, legalmente, se podem tomar estas iniciativas.

Posso estar convicto, por exemplo, de que no próximo mês tal categoria vai aumentar 40, 50 ou 60%, relativamente a valores que se observam em Portugal. Mas, para accionar este procedimento, é preciso que o total dos países da União Europeia forneça os dados sobre categorias de produtos, e, além do mais, estes dados têm de ser de três fontes diferentes. Tal estando cumprido, é possível accionar mecanismos rápidos; não estando cumprido, não é possível.

Portanto, em Janeiro, o Sr. Deputado, ou eu, podíamos estar convencidos de que isto iria acontecer, mas não havia a evidência na base da qual é possível accionar os processos legais.

O Sr. Deputado perguntou em quanto tempo é que o procedimento de urgência, comunicado ontem pelo Comissário Peter Mandelson, seria accionado. Há um prazo de 60 dias e a Comissão Europeia vai imediatamente sentar-se à mesa com o Governo da República Popular da China. Se, no prazo de 60 dias, não se chegar a acordo sobre a autolimitação, então, são accionados os mecanismos previstos.

Relativamente à questão do investimento directo estrangeiro, que é uma questão, de facto, magna, porque temos de atrair mais investimento directo estrangeiro, apenas se pode fazer aquilo que está previsto no quadro dos contratos. Goste-se, ou não, não se pode ir além disso!

No que se refere à pergunta sobre a taxa social única, queria recordar que já existe isenção total de taxa social única durante três anos a empresas que empreguem desempregados de longa duração.

Quanto à pergunta do Deputado do PCP, Honório Novo, que fez um trocadilho relativamente ao dia 26 de Abril, quero lembrar-lhe o seguinte: o 25 de Abril (como estará recordado, porque estivemos todos aqui), coincidiu com o domingo, e o dia 24 com o sábado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Foi na segunda-feira!

O **Orador**: — Exactamente!

Refiri que a conferência de imprensa do Comissário Mandelson (e o Conselho de Ministros para a Competitividade teve lugar no Luxemburgo) se realizou no dia 24. Foi nesse dia 24 que eu, o meu colega francês e o italiano fizemos esta interpelação ao Comissário Mandelson, que nos perguntou «isto é uma proposta formal?», ao que respondemos que sim. Passou-se o domingo e...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se. Queira concluir, por favor.

O **Orador**: — Vou já terminar, Sr. Presidente, dizendo que na segunda-feira imediata enviámos a carta a confirmar o que se tinha passado no sábado anterior, mas possivelmente alguém terá dado uma entrevista nessa segunda-feira de manhã, quando o fax ainda não tinha chegado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A primeira inscrição para uma segunda ronda de perguntas é do Sr. Deputado Vítor Ramalho, a quem dou a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Vítor Ramalho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A pergunta que vou formular ao Sr. Ministro da Economia e da Inovação prende-se directamente com a curiosidade suscitada pela intervenção do Deputado Fernando Santos Pereira, do PSD, que, não obstante a tomada de posse do Governo há relativamente pouco tempo, mais exactamente há cerca de dois meses, dá a sensação de que todos os males da terra e deste país, e até as exportações dos produtos chineses para todo o mundo, são impulsionados por Portugal, o que é um completo contra-senso.

Mas, mais do que isso, inculca a ideia de que «no passado é que era bom» e que, neste momento, «aqui d'el rei», caiu de facto o diabo sobre a terra! Eles são ungidos do senhor e este Governo é, de facto, diabolizado pelos malefícios totais. Ó Sr. Deputado!...

A minha pergunta dirige-se ao Sr. Ministro mas o que referi está-lhe associado. A questão é esta: a 14 de Janeiro de 2004, as associações europeias do sector têxtil e do vestuário, coordenadas pelo Euratex, chamaram a atenção para as consequências que iriam surgir em resultado de todos os mecanismos que iam desembocar na liberalização que ocorreu em 1 de Janeiro de 2005.

A pergunta concreta que deixo ao Sr. Ministro é a seguinte: em função disto, quando chegou ao seu Ministério, entre o referido 14 de Janeiro de 2004 e o ano de 2005, que medidas verificou ter o anterior governo tomado sobre esta matéria?

A segunda questão concreta prende-se com o seguinte: em função da interpelação do Sr. Deputado do PSD, Fernando Santos Pereira, pretendo saber se, porventura, quando o Sr. Ministro chegou ao Ministério, verificou que, anteriormente, o desemprego no sector têxtil tinha diminuído assustadoramente, as exportações tinham aumentado brutalmente e a situação era, de facto, «um mar de rosas».

Em terceiro lugar, se ouvi bem, o Sr. Ministro disse que em função dos mecanismos da Organização Mundial de Comércio, tomou as medidas adequadas, porque, como é evidente, ao nível da intervenção da Organização Mundial de Comércio, há mecanismos adequados e, como também é evidente, eles têm de ser desencadeados, no que respeita à União Europeia, pela própria União Europeia.

A data em que o Sr. Ministro tomou aquelas medidas, segundo penso, foi a acertada, e pergunto se antes, porventura, para além da Itália e da França, como referiu, outros países se associaram a esta diligência.

Uma última questão, sobre as políticas de proximidade que o Sr. Ministro implementou e vai implementar, com o AGIR, que é uma questão muito directa.

Segui este assunto a par e passo, quando estava no Ministério da Economia, acompanhando 24 horas a vida das empresas. Os homens que estão ali atrás sabem que isto é verdade e sabem que é esta a conduta do Partido Socialista, pelo que pergunto se quando o Sr. Ministro chegou ao Ministério encontrou, porventura, a AUDITRE (Unidade de Auditoria para a Reestruturação Empresarial) em funções ou se ela tinha sido completamente desmantelada pelo governo anterior.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Orador: — Esta é uma pergunta absolutamente concreta.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

O Sr. Carlos Pinto (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: O Sr. Ministro da Economia e da Inovação trouxe a sua perspectiva do problema do sector têxtil em dois planos, sendo um mais imediato, pois diz respeito às questões com que estamos confrontados devido a problemas de comércio externo, designadamente com a China, e que têm a ver com a própria indústria têxtil.

Sr. Ministro, quanto a este primeiro plano, não posso deixar de transmitir-lhe que tenho a sensação de que o Governo está, neste momento, sensível às preocupações do sector, designadamente das confederações empresariais e dos sindicatos. Mas deixou passar, sem dúvida, a perspectiva de que, num primeiro momento, esperou que tudo se resolvesse na normalidade dos mercados...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Era o PCP que levantava essas questões!

O Orador: — ... e isso, evidentemente, não deixa de ser cotejado com o activismo da Itália e, veja-se bem, da França, cujos sectores industrial têxtil não são tão relevantes como o nosso, que conseguiram indiscutivelmente algumas mais-valias, designadamente na restrição que já foi feita à importação de produtos da China, e que estão longe de ser alcançadas relativamente aquilo que consideramos o interesse vital para o sector têxtil português.

O Sr. Ministro referiu especificamente dois produtos cuja restrição pode minimizar os efeitos negativos para o sector têxtil português, mas há outros produtos que estão na iminência de serem considerados perigosos para as nossas exportações e que não são referidos na sua intervenção.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Bem-vindos!

O Orador: — Refiro-me concretamente a produtos do sector algodoeiro, que já podemos detectar que estão numa «zona vermelha» de interesse vital.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Portanto, neste primeiro plano, permita-me o Sr. Ministro que lhe diga que o activismo do Governo não nos convenceu.

Mas parece-me que mais importante do que isso é aproveitar esta oportunidade para falar do futuro, porque estamos perante uma questão de política industrial, é disso que se trata, e situar a questão do têxtil apenas na incidência do comércio externo é muito pouco. Assim, pergunto: qual é o pensamento do Governo sobre a política industrial para o sector têxtil?

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — E o do vosso governo qual era?

O **Orador**: — Qual é o pensamento do Governo sobre a política industrial *tout court*?

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Qual era o do vosso governo?

O **Orador**: — Essa é que é a questão que se coloca, porque o Governo está na iminência de definir um pacote de perspectivas financeiras para os próximos anos...

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — É uma vergonha!

O **Orador**: — Provavelmente, a bancada do Partido Socialista está habituada a falar a uma só voz sobre o têxtil, portanto, não gosta de receber contributos de outras bancadas.

Protestos do Deputado do PS Maximiano Martins.

Mas certamente que o Governo analisa as perspectivas financeiras para 2007/2013 e a pergunta muito concreta que coloco ao Sr. Ministro é: neste quadro, o que é que o Governo pensa quanto ao relevo que o sector têxtil tem, designadamente no que respeita à continuação da modernização do seu parque industrial e à criação de novos produtos, bens e serviços nesta área?

O Sr. Ministro fala todo o tempo de inovação e de choque tecnológico. Ora, aqui temos um sector cujo futuro todos acreditamos poder garantir se se puserem em prática as questões da inovação e do apoio às empresas.

Sr. Ministro, fale-nos sobre o futuro, porque consideramos, claramente, que as questões do presente já estão situadas num plano que escapa ao Governo português.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Maximiano Martins.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia e da Inovação, em matéria de cláusulas de salvaguarda, é bom que se diga que, com a cumplicidade do anterior e do actual Governo, esse processo foi adiado,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — ... porque o Governo, inevitavelmente, participa da visão restritiva da Comissão na interpretação do regulamento comunitário,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — ... que estabelece que elas devem ser desencadeadas em caso de existência ou ameaça de perturbação de mercado. Ora, em Janeiro, em Fevereiro, em Março e em Abril era evidente a existência de perturbações de mercado, a partir dos dados que estavam em cima em mesa, inclusive os dos pedidos de licenciamento.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Nada explica o atraso do Governo no pedido de desencadeamento deste processo!

Já hoje, aqui, foi referida a ida do Governo a Braga. O Sr. Primeiro-Ministro esteve em Vila Nova de Famalicão e disse zero, como também já aqui foi dito, ao sector têxtil. E o Sr. Ministro, hoje, disse praticamente o mesmo: nada, ou aquilo que nós já sabímos.

Sr. Ministro, quais são as disponibilidades financeiras do programa Dínamo para os projectos que estão em carteira?

Vai o Governo, em termos de medidas de apoio financeiro da União Europeia, limitar-se a aceitar passivamente aquilo que a Comissão Europeia propõe, isto é, a cativar percentagens dos actuais fundos comunitários?

Sr. Ministro, vou colocar-lhe uma questão muito concreta: em dois concelhos da Terra de Basto – e este exemplo poderia multiplicar-se por outras regiões – cerca de 16/17 empresas e cerca de 600/700 trabalhadores viviam, há mais meia dúzia de anos, de encomendas de trabalho a feito para a conhecida Benetton. Algumas dessas empresas foram pressionadas pela Benetton, ainda em Agosto, a fazer novos investimentos, por exemplo, em maquinaria, para responderem às suas encomendas. Em Dezembro, a Benetton anunciou que iria para a Tunísia, começou a reduzir encomendas e tudo indica que elas vão terminar nos meses de Junho e de Julho.

Como vai o Sr. Ministro responder a esta situação, que ocorre numa zona onde essa é praticamente a única actividade industrial?

Queria lembrar-lhe, Sr. Ministro, no que respeita à Benetton, que no nosso país há mais 150 a 170 empresas na mesma situação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Ministro da Economia e da Inovação. Dispõe de 4 minutos e 30 segundos.

O Sr. Ministro da Economia e da Inovação: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vítor Ramalho, relativamente ao que foi feito pelo anterior governo, o que encontrámos foi uma carta, datada de 16 de Fevereiro, dirigida ao Comissário Peter Mandelson. Não encontrámos mais nada.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Nós mandamos-lhe o dossier!

O Orador: — Não encontrámos mais nada, mas, muito sinceramente, creio que...

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Datada de 16 de Fevereiro deste ano?!

O Orador: — Sim, deste ano, no ano anterior nada havia sido feito.

Creio que é melhor olharmos para o futuro, pois o passado foi o que foi e não contribui para a mobilização dos portugueses e para a criação de um espírito positivo um excesso de críticas ao passado, até porque é conhecido por todos que o Ministério da Economia e da Inovação, em termos de organização e de actuação, estava num estado crítico.

Aplausos do PS.

Quanto aos países que têm problemas semelhantes a Portugal, citaria apenas aqueles que geograficamente nos estão mais próximos: a França, a Itália (tem quase um milhão de trabalhadores no sector têxtil), a Espanha e a Bélgica. De facto, a situação dos países nórdicos é muito diferente e a opção que o governo português tem defendido nos fóruns internacionais não é a mesma dos países nórdicos.

Relativamente à sua pergunta sobre a AUDITRE, ela foi desactivada.

O desemprego na indústria têxtil atinge, desde 1997, segundo as nossas contas, quase 90 000 trabalhadores. Portanto, é necessário um espírito positivo, construtivo e que todos nos unamos em torno de um objectivo extremamente difícil, que é o de adaptar uma indústria, que queremos que tenha futuro, a uma situação competitiva extremamente difícil.

Aplausos do PS.

Passarei a responder à pergunta colocada pelo Deputado Carlos Pinto dizendo quais os produtos sobre os quais o Comissário Peter Mandelson anunciou que accionaria um procedimento.

As categorias de produtos eram as seguintes: 4 — têxteis; 5 — camisas; 6 — calças; 7 — blusas; 12 — meias; 15 — casacos; 31 — soutiens; 115 — fios de linho e 117 — tecidos de linho. Ontem, o Comissário só confirmou que accionaria procedimentos relativamente a dois produtos, sendo um deles o da categoria 117.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E os outros 13?

O Orador: — Então, passarei a referir os produtos que são importantes para nós...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ah!...

O **Orador**: — ... e relativamente ao quais solicitei um procedimento especial.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não há nada!

O **Orador**: — Haja calma, que eu explicarei por que é que ainda não foi accionado um procedimento.

São eles os produtos das seguintes categorias: 83 — camisas de homem; 163 — pastas; 20 — têxteis-lar e 39.

O que sucede é o seguinte: esses procedimentos podem accionar-se quando as exportações chinesas para o conjunto dos países da União Europeia atingem determinados valores. Desgraçadamente, para uma das categorias que nos diz respeito as exportações chinesas não estão a aumentar muito mas estão a aumentar as exportações provenientes de terceiros países. Portanto, tecnicamente, não estão cumpridas as condições — esperemos bem que venham a estar —, mas acredite que o Governo português está à frente do pelotão do grupo de países que não pede proteccionismo mas a adopção dos procedimentos mais céleres, no quadro dos tratados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não é isso que se vê!

O **Orador**: — Relativamente às perguntas formuladas pelo Deputado Agostinho Lopes, quero dizer que o programa Dínamo, que foi aprovado há um ano, estava, na prática, desactivado mas, dois meses e uma semana após o Governo ter tomado posse, a questão já foi balizada e o programa já foi refocado.

No quadro do IAPMEI e da Direcção-Geral da Empresa, o têxtil é uma grande prioridade. Daí, aliás, ter referido a contratação que fizemos do director-geral do CITEVE e, concretamente, as três áreas em que o programa Dínamo tinha sido focado.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor de concluir, Sr. Ministro.

O **Orador**: — Termino já, Sr. Presidente.

Sobre a Benetton, trata-se de um bom *case study* para actuação do programa AGIIRE.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A indústria têxtil e de vestuário portuguesa tem um passado riquíssimo na nossa economia, vive um presente atribulado e, ao contrário do que muitos apregoam, tem futuro. Ao longo de décadas, contribuiu de forma notável para a empregabilidade dos portugueses e teve um papel preponderante nas nossas exportações.

Os tempos em que a política monetária e a mão-de-obra barata eram os factores competitivos desta indústria já passaram e já não voltam. Hoje, os desafios colocam-se em dimensões bem definidas. O fim das quotas alfandegárias entre os países da OMC pode constituir uma oportunidade ou uma ameaça para as empresas portuguesas. Neste momento, é claramente uma ameaça não só para a indústria têxtil e do vestuário portuguesa mas também dos demais países ocidentais. E é uma ameaça porque as regras do jogo estão a ser subvertidas: as empresas nacionais não estão a competir com outras empresas mas, sim, com um país, a China.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Sejamos claros: a nossa indústria têxtil e de vestuário provou, ao longo do tempo, ser capaz de enfrentar os desafios da globalização. Os casos de sucesso são, felizmente, vários e, em determinados subsectores, como o do têxtil-lar, temos posições líderes no mercado mundial. Infelizmente, estes exemplos não esbatem as dificuldades sentidas pela maioria das empresas de têxteis e de vestuário, caracterizadas por uma dimensão reduzida, sem massa crítica e sem qualquer hipótese de concretizar uma real estratégia empresarial.

Ao afirmar que competimos com um país mais não pretendo do que enfatizar a forma como a China perverte as regras do jogo. O não cumprimento de regras ambientais, cada vez mais complexas no mundo ocidental, a ausência de políticas sociais, o horário de trabalho praticado, o subsídio às exportações, a prática de *dumping* criam, claramente, uma concorrência desleal que penaliza toda a indústria têxtil e de vestuário da Europa.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Torna-se, então, fundamental agir, e o mais rapidamente possível.

O accionamento da cláusula de salvaguarda, previsto na OMC, é fundamental. Sabemos que esta acção não se pode eternizar no tempo mas dá-nos margem de manobra para criar condições ao sector e tempo para preparar alternativas.

O recente anúncio do reforço da fiscalização sobre os produtos oriundos da China merece a nossa saudação. É determinante que esta acção não se esgote com o mediatismo deste debate. Não se trata de perseguir ninguém mas tão-só de garantir o cumprimento das regras do jogo. Controlar a qualidade dos produtos, o cumprimento das normas de higiene e segurança no trabalho e das regras laborais previstas na nossa legislação são obrigações para todos os operadores e não só para os de nacionalidade portuguesa. Este papel pró-activo de fiscalização é fundamental e tem de ter um carácter contínuo, à semelhança do que se faz em outros países.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os nossos comerciantes, de norte a sul do País, merecem e exigem este esforço do Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com esta conjuntura, é por demais evidente que a nossa fileira têxtil, tendo futuro, vai ter de sofrer ainda mais transformações.

É impensável, numa abordagem séria, que a actual dimensão do sector se mantenha. Existem, hoje, mais de 200 000 trabalhadores têxteis no País, com uma forte incidência em três regiões — no Ave, no Cávado e na Beira Interior —, onde a crise do sector faz com que o desemprego seja de cerca do dobro da média nacional.

O anterior governo, já em 2005, lançou programas específicos de apoio social para o Ave e para o Cávado. A preocupação com a requalificação dos trabalhadores, com a sua mobilidade, com a majoração do subsídio de desemprego, o apoio a estágios profissionais e o incentivo e apoio à criação de pequenos negócios próprios originaram um reforço de 60 milhões de euros para o Vale do Ave e de 57 milhões para o Vale do Cávado, no investimento nestas áreas sociais. Mas, como é óbvio, a «almofada social», sendo importante, não resolve tudo. Há que intervir também a outro nível.

Em 1990, Michael Porter defendia a viabilidade do *cluster* têxtil português. Definiu-se, então, uma estratégia para o sector, disponibilizando-se um conjunto de apoios e incentivos dirigidos às empresas. O RETEX e o IMIT foram programas de apoio dedicados ao sector; a criação do CITEVE revelou-se uma aposta importante e decisiva para a credibilização dos fabricantes e dos produtos portugueses.

No III Quadro Comunitário de Apoio não existiu nenhum programa específico para este sector, o qual acedia aos programas existentes com os demais sectores da economia. Nem sempre a forma de apoio foi a mais indicada, sobretudo no que se refere ao acesso aos incentivos. Basta, aliás, ouvir os empresários e as suas associações para verificar a morosidade e a complexidade crescente no acesso aos instrumentos de apoio. Mas não é disso que temos de tratar hoje. Hoje, temos de reflectir sobre o futuro de um sector importante para a economia portuguesa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há que agir bem e depressa quer a montante, quer na fileira do têxtil e vestuário. A montante, há que apostar na qualificação dos jovens. É impraticável concretizar o discurso da necessidade de diversificação do tecido industrial tradicional, seja com recurso a investimento estrangeiro, seja com investimento nacional, se os jovens não tiverem acesso a uma efectiva e correcta formação escolar e profissional. O mesmo se aplica ao discurso sobre a importância do papel da inovação tecnológica na indústria portuguesa. Sem qualificação, tudo isto não passa de retórica política inconsequente. Torna-se, assim, urgente fazer aprovar as propostas do PSD vertidas no seu projecto de lei de bases do sistema educativo, nomeadamente as que prevêem a integração do ensino profissional no ensino público e o consequente reforço da ligação da escola ao mundo empresarial, assim como o reforço dos programas de educação/formação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Projectos-âncora, como é o caso do AvePark — que, tendo estado abandonado de 1995 até 2002, tornou-se hoje uma realidade, graças ao entendimento do governo com a autarquia e com a Universidade do Minho —, merecem um forte apoio e devem ser disseminados pelo País. Esse projecto, em concreto, com forte pendor na inovação, na investigação e desenvolvimento, alicerçado nas tecnologias de ponta, não merecia nem a perseguição nem o abandono a que foi votado pela anterior governação socialista.

Mas também devemos olhar para as empresas, porque o panorama geral não é muito animador e as dificuldades são muitas e de origem diversa.

O desemprego grava e tem tendência a aumentar exponencialmente. Se, por um lado, temos, no terreno, medidas de apoio social que devem ser monitorizadas, de forma a poder efectuar-se uma avaliação do seu

impacto, temos de criar condições para que as empresas possam continuar a ser competitivas. E, aqui, há que ter a coragem de assumir que o actual número de trabalhadores nesta fileira da indústria vai reduzir. Para esses, tem o Governo a responsabilidade de encontrar soluções. A reconversão dos trabalhadores têxteis é fundamental mas fazê-lo sem criar condições ao aparecimento de indústrias ou serviços alternativos de nada vale.

Contudo, e felizmente, há muitas boas empresas de têxtil e vestuário. Há emprego no sector que deve ser apoiado e estimulado. Para estas empresas deve o Estado cumprir um dos seus deveres: o dever da colaboração.

Com coragem, deve o Governo criar um programa específico de apoio ao sector têxtil e do vestuário, apoio esse dirigido a quem tem condições de continuar no mercado e não a quem não as tem. Esta diferenciação pela positiva deve ser uma das premissas do novo modelo de incentivos a criar. Não podemos correr riscos de desperdiçar recursos com quem não oferece condições de continuar a operar neste mercado cada vez mais competitivo.

Os apoios ou incentivos a criar, todos necessariamente ligados ao reforço da competitividade das empresas, devem incidir sobre três pilares, o primeiro dos quais dirigido a projectos de inovação tecnológica e a projectos de investigação e desenvolvimento de novos produtos. Este é um pilar fundamental para o reforço da competitividade do sector.

Um segundo pilar deve ser o da renovação tecnológica das empresas. Estou a referir-me, em concreto, a um programa específico de remodelação do parque de máquinas. Para que as empresas se mantenham em condições de competir no mercado é decisivo que exista um claro apoio à aquisição de novos equipamentos.

Um terceiro e último pilar deste modelo de incentivos é o do apoio, de forma clara e decisiva, à internacionalização das empresas, apoio este dirigido e canalizado directamente para as empresas, para que possam criar, lançar ou adquirir marcas em mercados diferentes do nosso.

Este é o caminho que o PSD defende.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — A actual situação tem de merecer estas novas políticas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O **Orador**: — Término já, Sr. Presidente.

O accionamento da cláusula de salvaguarda dá-nos, na melhor das hipóteses, mais três anos para intervir, quer para definir alternativas às empresas que encerrão quer para criar condições para que as empresas ainda competitivas possam continuar no mercado. Por cada dia, por cada semana, por cada mês que passa desde Janeiro deste ano, o número de empresas com condições de se manter no mercado diminui e o número de desempregados aumentam.

O diagnóstico está mais do que feito. Não se perca tempo com grupos de análise, é tempo de definir estratégias e de as implementar; assim o Governo e o PS tenham lucidez e vontade política.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Vítor Pereira, V. Ex.^a inscreveu-se para pedir esclarecimentos, mas o orador já não dispõe de tempo para responder. Uma vez que o seu grupo parlamentar não pretende ceder tempo para o efeito, o Sr. Deputado está «autolimitado» no direito de pedir esclarecimentos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O sector têxtil é vital para a economia portuguesa. E para que se tenha uma noção bem real do que afirmo, basta lembrar que ao sector têxtil se dedicam mais de 16 000 empresas, sendo ele responsável por 17% das exportações portuguesas, representando 26,7% do emprego gerado pela indústria transformadora e garantindo 1 milhão de empregos directos e indirectos.

De resto, em algumas regiões do País, grande parte do tecido industrial dedica-se a esta actividade numa lógica de monoprodução, empregando famílias inteiras, que dependem da saúde das empresas, com exemplo paradigmático no distrito por onde sou eleito — o distrito de Braga — e, em particular, nas regiões do Vale do Ave e do Vale do Cávado.

Assim se percebe como qualquer alteração conjuntural que afecte a viabilidade da indústria têxtil em Portugal, mais do que consequências económicas directas, implicará um desastre social óbvio e, em alguns casos, até dramático.

Nos últimos anos, temos assistido ao encerramento progressivo de muitas indústrias têxteis em Portugal. A imagem de trabalhadores na rua reclamando salários não pagos, a viabilidade das empresas e a manutenção dos postos de trabalho tem sido uma realidade com honras até de directos televisivos que chocam o País.

Em Portugal, muitos se têm mobilizado para combater o problema e para conhecer as suas causas. De resto — honra lhe seja feita —, várias foram as medidas implementadas pelo anterior governo destinadas, a curto e a médio prazo, a devolver competitividade às empresas e a combater o desemprego crescente de algumas regiões mais afectadas.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Como exemplo, lembre-se o programa Dínamo, que o Sr. Ministro da Economia e da Inovação também aqui recordou, implementado pelo anterior governo, criado para promoção das marcas portuguesas de têxtil, vestuário e calçado, ou o Plano de Intervenção para o Vale do Ave (PIAVE), destinado às empresas mais comprometidas e à criação de emprego no Vale do Ave.

Tive até a oportunidade, durante a última campanha eleitoral, de defender, em muitos debates de que é guardado registo, o reforço da dotação financeira — insuficiente, do meu ponto de vista — prevista para o PIAVE e a sua extensão a Vale do Cávado,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... afectado por dificuldades equivalentes nas causas e nos efeitos às que justificaram a excepcionalidade da medida proposta para o Vale do Ave.

Seja como for, há ainda muito a fazer e sobre o actual Governo — porque é dele que agora se trata e é a ele que se tem de pedir contas — impende desde logo uma obrigação: a de afiançar que, no plano do comércio, as regras de um mercado transparente, justo e recíproco são garantidas em Portugal.

No imediato, porém, e dado o tema, impunha-se que o Governo tivesse prestado aqui um esclarecimento, não por ser interpelado nesse sentido (não o fiz visto o Governo já não dispor de tempo) mas de *motu proprio*. O esclarecimento que o Sr. Ministro não prestou e para o qual teve a devida possibilidade, quando todos os dias encerram empresas em Portugal e quando novas oportunidades de trabalho têm de ser criadas, era no sentido de informar a Câmara e, através dela, os portugueses sobre o que foi feito para a criação dos 150 000 novos empregos prometidos em campanha eleitoral.

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O Orador: — Recordo ao Sr. Ministro, a este propósito, que, dada a promessa e contabilizados os empregos, até hoje já deveria ter sido promovida a criação de 5520 novos empregos em Portugal,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... à razão de 92 empregos por dia, que são aqueles que terão de ser criados até ao termo da Legislatura.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Já está em «défice»... !

O Orador: — Seria bom que o Sr. Ministro tivesse esclarecido a Câmara sobre se até este momento o Governo já conseguiu promover a criação desses 5520 novos empregos, se tem criado 92 empregos por dia ou se tenciona fazê-lo por atacado, mais ou menos no termo da Legislatura.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Antes das eleições autárquicas entram uns tantos!

O Orador: — À parte este facto, vem também este debate a propósito das condições em que alguns produtos oriundos da República Popular da China — mas não só, também da Índia e do Paquistão — são comercializados em Portugal e do efeito devastador que, nos últimos anos, vêm os mesmos implicando para as empresas portuguesas.

A China — é bom lembrar — é hoje condicionada pelos desequilíbrios de uma realidade muito mais antiga, de um comunismo sem nenhum sentido, que a transformou no paradoxo que hoje vive e que, curiosamente, a extrema-esquerda quer fazer esquecer... Mas isso marca também muito do que a China é e são muitas dessas consequências que afectam, hoje, Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Bem sabemos que os têxteis chineses não podem ser transformados no bode expiatório de todos os males das indústrias portuguesas do sector. Em boa verdade, muitas são as que vivem problemas decorrentes da má gestão, do desinvestimento tecnológico e humano, da baixa formação dos trabalhadores ou das erradas opções de produção e fabrico. Mas, a par disto, as condições de importação dos têxteis chineses vêm constituindo, nos últimos anos, um factor de distorção injusta das normais regras de mercado, que,

fazendo toda a diferença, levam a questionar a viabilidade futura do sector em termos que o Estado não pode ignorar e menos pode permitir.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O CDS-PP é a favor de um mercado livre, mas não de um mercado selvagem, sem regras,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... em que quem cumpre é penalizado e quem prevarica beneficia economicamente desse facto.

Aplausos do CDS-PP.

Daí que nesse mercado livre, e até para sua defesa, deve o Estado garantir o cumprimento das condições que a Organização Mundial de Comércio impõe a todas as nações que se propõem negociar reciprocamente à escala mundial.

É certo que a República Popular da China representa uma realidade de mercado que nenhum país poderá razoavelmente ignorar. Pela sua dimensão, pelo número de consumidores, pelo seu crescimento, pelo seu potencial, pela diversidade das actividades produtivas que desenvolve e pelas oportunidades que gera, a República Popular da China pode até ser a solução para muitos dos problemas que algumas empresas da União Europeia — e Portugal não é exceção — enfrentam.

Parte do crescimento chinês só é hoje garantido pela inteligência, pela tecnologia e pelos produtos da União Europeia, que com isso também beneficia. Só que essa realidade não pode acontecer a qualquer preço. No comércio recíproco, tem a República Popular da China de ser capaz de demonstrar que cumpre com as regras que oneram todos os países integrantes da Organização Mundial de Comércio para que o seu crescimento não seja garantido pelo sacrifício dos sectores produtivos de outros países, que só se tornarão menos competitivos porque, paradoxalmente, cumprem com as obrigações que lhes são impostas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Num mercado à escala mundial que se queira justo, o benefício deve ser de quem cumpre, e todo o esforço das nações civilizadas deve ser empenhado neste sentido.

Isto leva-nos a uma questão muito prática: hoje, no sector têxtil, são muitos os produtos que entram no nosso mercado, oriundos da República Popular da China, a preço inferior ao preço de fabrico das empresas nacionais. E se compararmos os números das importações no primeiro trimestre deste ano com os números do primeiro trimestre de 2004 verificamos, por exemplo, que houve um aumento de 413% das importações de calças chinesas e um aumento de 257% das importações de tecidos de linho ou de rami chineses.

Ora, se nada for feito, não há empresa nacional, por muita imaginação que tenha, que consiga superar esta realidade. Daí que o CDS-PP apoie o processo de averiguações que a União Europeia decidiu desencadear, por solicitação da França, à frente de 13 países, a nove categorias de produtos chineses que apresentaram um crescimento de exportação para a União Europeia que variou entre 51% e 534%, na maior parte dos casos a preços que as empresas nacionais têm tremenda dificuldade em acompanhar.

Compete à República Popular da China demonstrar que estes preços não encontram justificação naquilo que a Organização Mundial de Comércio e a União Europeia não podem permitir. Compete à República Popular da China demonstrar que estes preços não encontram justificação no desrespeito pelas mais elementares regras ambientais, no desrespeito pela dignidade dos trabalhadores e na falta de higiene e segurança no local de trabalho!

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Isto quando não se trate de demonstrar que esses baixos preços não encontram justificação até na prática do *dumping*, da irregularidade na concessão de créditos e empréstimos, nas práticas desvirtuadas de concessão de subsídios estatais ou no comportamento artificial das moedas.

As empresas portuguesas têm de ser competitivas, mas essa competitividade tem de ser assente em regras justas e equitativas. Devemos, por isso, aguardar que o processo de averiguações decorra de forma célere e transparente, sem julgamentos antecipados, dando-se à República Popular da China todas as oportunidades para demonstração das causas reais dos preços que pratica,...

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... e, entretanto, manter em aberto todas as possibilidades previstas no acordo de adesão da República Popular da China à Organização Mundial de Comércio até 31 de Dezembro de 2008. De entre estas, como é óbvio, também as medidas de salvaguarda específicas, desde que provadas as razões que expressamente as podem determinar.

Ser provada inequivocamente uma perturbação do mercado e o papel desempenhado pelos produtos originários da China nessa perturbação é uma condição específica prevista no acordo que está a ser verificada. A este propósito a União Europeia não deverá relevar particular temor pela reacção chinesa, como não deverá sequer a China, em boa-fé, insinuar ameaças retaliatórias na concretização desta possibilidade. É que, afinal, ela está expressamente prevista no acordo de adesão que a China decidiu subscrever depois de ponderada avaliação.

Só poderá também ser desencadeada esta possibilidade — saliente-se — desde que verificadas todas as condições reciprocamente assumidas como justificativas da determinação excepcional de medidas de salvaguarda. Isto equivale a dizer que se medidas de salvaguarda vierem a ser implementadas tal só poderá dever-se à verificação desses condicionalismos.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termo de imediato, Sr. Presidente.

Se assim se decidir o caminho futuro só poderá ser um: a partir desse momento, a República Popular da China deverá conformar a sua prática empresarial e comercial às regras de mercado que, na justiça, na reciprocidade e na salvaguarda dos Direitos do Homem, designadamente de quem trabalha, encontram integral justificação.

Tudo isto para benefício da União Europeia, mas também da China, e, principalmente, no respeito por valores civilizacionais de que já não podemos abdicar, de entre eles o da dignidade da pessoa humana,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... e, nesta causa, também, cada vez mais, o empenho decidido e comprometido de Portugal.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. António Filipe (PCP): — Ficámos todos com «os olhos em bico»!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vítor Pereira, repete-se a mesma situação de há pouco: o orador não dispõe de tempo para responder, pelo que não posso dar-lhe a palavra para pedir esclarecimentos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Braga da Cruz.

O Sr. Luís Braga da Cruz (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Malgrado a atenção dedicada ao sector do têxtil e do vestuário nas últimas duas dezenas de anos, o processo da sua reestruturação está longe de poder ser considerado estabilizado.

Além disso, a questão do sector têxtil e do vestuário em Portugal nunca deixou de ter uma forte implicação de carácter territorial, dada a especificidade de certas regiões nesta actividade produtiva. Refiro-me às NUT3 (Cavado, Ave e Beira Interior) e, especialmente, à NUT2 (Região Norte). Daí o facto de ter havido sempre uma forte preocupação em olhar para as implicações territoriais e sociais dos problemas do têxtil e do vestuário.

Analizando alguns dados do desemprego do sector têxtil e do vestuário e a sua evolução recente, podemos concluir que, em relação ao desemprego total, o desemprego no sector do têxtil e do vestuário passou de 17%, em 2001, e de 15,4%, em 2002, para valores de 19%, em 2003, e de 24%, em 2004. Isto mostra que existe especificidade de desemprego neste sector e que se agravou nos últimos dois anos.

Além disso, o desemprego sectorial do têxtil e do vestuário no norte de Portugal, em relação a igual indicador nacional, passou de 67%, em 2001, e de 68%, em 2002, para valores muito mais elevados — 77% em 2003 e 82% em 2004 —, o que revela tratar-se de um problema que adquiriu uma forte e preocupante expressão num espaço regional também importante, o norte de Portugal.

Já hoje se falou muito da China e eu lembro que a China goza de uma posição privilegiada em relação aos países da União Europeia dada a falta de reciprocidade, transparência e incumprimento de algumas regras de comércio. Suspeita-se que, com sete subvenções às exportações, não respeita práticas de *anti-dumping*, desvaloriza artificialmente a sua moeda para facilitar as exportações e levanta barreiras tarifárias à entrada de produtos europeus.

Mas vamos à situação actual do problema.

Foi noticiado recentemente que os Estados Unidos decidiram acionar um processo de inquérito e de consulta formal relativo a três artigos têxteis contra a China, a partir de 31 de Maio, antecipando-se à União Europeia nesta atitude.

Aliás, a União Europeia foi acusada de estar a reagir de forma lenta e redutora por um conjunto de 13 Estados-membros, entre os quais Portugal, que no final de Abril já identificavam nove categorias de produtos relativamente aos quais se justificava tomar decisão semelhante. Esses 13 países pediram que fosse aplicado à China o procedimento rápido com vista ao levantamento da cláusula de salvaguarda à liberalização dos têxteis. É muito importante actuar o mais cedo possível, dado o facto de o crescimento dos fluxos exportadores para a Europa ter sido verdadeiramente alucinante, especialmente nos primeiros meses de 2005.

O que mais poderia ter sido feito para mitigar este impacte?

Entendo que o Governo tem feito aquilo que lhe cumpria fazer. Pode dizer-se, em teoria geral, que ninguém contava com o «efeito China» nem poderia ter-se preparado melhor visto que houve variáveis de custo que não eram domináveis em termos competitivos, tais como oferta ilimitada de mão-de-obra a muito baixo custo, ausência de paridade em condições sociais, desrespeito por normas ambientais, uso da desvalorização da moeda, segmentação do mercado de exportação com descida artificial de preços para conquistar quota de mercado, etc.

O que deve, portanto, marcar a agenda política com prioridade?

Em primeiro lugar, estancar a importação e, entretanto, avaliar não só que outras medidas podem ser tomadas mas também como podem ser exploradas as obrigações recíprocas.

O Governo fez tudo aquilo que poderia ser feito: soube construir o *lobby* europeu, especialmente com França e Itália mas também com a Grécia e a República Checa e alguns dos novos Estados aderentes onde o sector do têxtil e do vestuário tem maior expressão e, em 24 de Abril, exigiu ao Comissário Mandelson, mesmo antes da carta enviada pelo Governo francês, uma tomada de posição clara.

As notícias de hoje são já um sinal positivo: ontem a Comissão Europeia decidiu iniciar o procedimento de urgência em duas categorias, nas quais que tivemos quebras de exportação superiores a 30% nos primeiros meses deste ano, o que obriga a China a limitar, de imediato, as suas exportações; simultaneamente, será lançada uma ronda de consultas formais no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em relação a sete outras categorias, para avaliação do impacte das exportações nesse tipo de artigos; o Governo português já sugeriu o alargamento deste procedimento a mais 11 categorias, que incluem os produtos da têxtil lar.

Temos consciência de que a China vai sofrer transformações profundas de forma muito acelerada. Ora, as contrapartidas mais críticas que devem ser recordadas são as da garantia de reciprocidade e da obrigação de assumir os seus compromissos. Recorde-se que na próxima reunião da OMC, a realizar em Dezembro de 2005, se iniciará a discussão das condições que devem vigorar a partir de Janeiro de 2008, período de plenos direitos de circulação de produtos desses países para a Europa. A União Europeia pode sempre invocar que os compromissos da China não foram cumpridos e que se justifica pressioná-la com a possibilidade de vir a rever o que tinha sido acordado a partir desse momento caso não altere a sua atitude e contenha o seu comportamento.

No entanto, não podemos esquecer — e isto é muito importante — que o comércio da China para a União Europeia triplicou de 1999 para 2003 e que o Império do Meio representa hoje um mercado de mais de 70 000 milhões de euros e também uma oportunidade para as empresas portuguesas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E outras!...

O **Orador**: — E outras naturalmente...!

O que mais pode ainda ser feito?

Para que haja comércio livre é necessário que os direitos aduaneiros estejam ao mesmo nível, que a China cumpra as mesmas regras em funcionamento no plano financeiro, no respeito pelos direitos da propriedade intelectual e na obediência a outros compromissos assumidos no tratado.

O único mecanismo disponível para a União Europeia é o accionamento das cláusulas de salvaguarda, mas, em troca, a China pode reclamar à União Europeia a aplicação do princípio da reciprocidade e o estrito cumprimento das suas obrigações.

A nível interno português é importante continuar com o esforço de reestruturação do sector, cujas organizações acharam positivos os propósitos do Programa Dínamo na medida em que não se substitui aos sistemas de incentivos existentes nem tinha associado qualquer «pacote» financeiro, usando os programas disponíveis.

Portanto, o que importa é identificar as necessidades de modernização dos sectores tradicionais do têxtil e também do calçado, tentando agilizar as decisões no sentido de actuar a três níveis: ao nível da internacionalização, facilitando a orientação das empresas para os mercados; ao nível dos recursos humanos, no que respeita a formas de valorização qualitativa; e a nível da inovação e do desenvolvimento tecnológico do produto e do processo e de gestão.

Para além destas medidas de carácter mais ofensivo, é necessário implementar outras, de política, que dediquem particular atenção à retaguarda interna, às empresas e às regiões afectadas pela reestruturação industrial dos sectores, em particular, através do apoio à modernização, ao reforço da capacidade tecnológica, à requalificação dos recursos humanos e à eficácia dos apoios sociais.

O Sr. **Maximiano Martins** (PS): — Muito bem!

O Orador: — Uma resposta adequada a estas preocupações está no Programa Agir, como o Sr. Ministro já referiu: o Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial, aprovado por uma resolução do Conselho de Ministros de 30 de Abril de 2005; está também ao nível do reforço da eficácia das políticas de emprego e formação, actualmente disponíveis especialmente para o Vale do Ave e para o Vale do Cávado. Entendo que, mais do que ter um bom *menu* de instrumentos disponíveis, o que importa é ter capacidade de intermediação junto das empresas, levando a que os activos se aproximem dos centros de formação e encontrem as acções ajustadas à sua capacidade e à sua vontade.

É neste sentido que o Partido Socialista traz hoje ao Parlamento um projecto de resolução que visa colocar ao serviço das entidades privadas os mecanismos de apoio existentes à modernização industrial das empresas com capacidade de viabilização mas que se encontram temporariamente em situação financeira e económica difícil.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Braga da Cruz: Ouví-o com atenção e verifiquei que é de opinião que a situação do sector do têxtil e do vestuário está longe de se encontrar estabilizada. Aqui está uma ideia positiva, que precisa de uma atenção que, confesso-lhe, não vi na intervenção do Sr. Ministro. Vi-a mais na sua, que nos apresentou uma série de medidas mais ou menos discutíveis — mas apresentou-as — do que na do Sr. Ministro, que sobre essa matéria nada disse. Inclusivamente, assistimos a esta curiosidade: questionado pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes sobre os meios financeiros que tinha para a reconfiguração do Programa Dínamo repetiu o plano tecnológico. Ora, por aí já sabemos que não resolveremos o problema.

A questão é esta — e coloco-a porque abordou aqui o problema da concorrência externa e interna: ao nível interno, nas medidas que propôs (e não sei se o Governo estará de acordo com elas, mas terá ainda a oportunidade de o dizer perante a Câmara) nada ouvi sobre uma atitude de intervenção (porque é de intervenção que se trata) muito importante para impedir actos de concorrência desleal interna. A que é que me refiro? Apesar de tudo, refiro-me a importações ilegais, a importações ou circulação interna de produtos têxteis sem qualidade, sem proveniência de origem, quando não em evidente fraude e contrafação.

E sobre esta matéria, que corresponde também a um importante ataque às empresas que estão no terreno a trabalhar seriamente, quer o Sr. Deputado Luís Braga da Cruz quer o Sr. Ministro da Economia e da Inovação — por maioria de razão, porque, de facto, ouvimos muito pouco ou nada do Governo — nada disseram, nada!

Assim, coloco-lhe a questão: o que é que o Sr. Deputado considera que deveria ser uma atitude não apenas de fiscalização, mas intervenciva que impediscesse a concorrência desleal interna?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Braga da Cruz.

O Sr. **Luís Braga da Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, penso que não há qualquer contradição entre aquilo que referi e aquilo que o Sr. Ministro da Economia e da Inovação anunciou.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Há muita! Imensa!

O Orador: — Começando pelo princípio: o Sr. Deputado Honório Novo referiu que terei dito que o processo não está estabilizado na reestruturação e no aprofundamento deste sector. Naturalmente, como todos sabem, há muitos anos que uns e outros perseguimos esse objectivo. Referi-me, especialmente, à forte incidência territorial, dizendo que há medidas que implicam agentes locais, nomeadamente as câmaras municipais. Recordo-lhe todas as operações integradas que houve para o Vale do Ave e o envolvimento das autarquias locais nesse sentido.

No entanto, aquilo que está hoje em causa é mobilizar. Aliás, fez bem em frisar o ponto de que o Programa Dínamo não tem um envelope financeiro específico. Ele foi criado pelo governo anterior e o Governo actual vai desenvolvê-lo, conforme foi dito, porque procurava conjugar os instrumentos disponíveis, tentando agilizar os agentes que tinham responsabilidade sobre eles, no sentido de fazer uma sinergia entre esses elementos e ser convergente com as soluções.

Por conseguinte, o Sr. Ministro referiu a criação do tal gabinete de intervenção que é quase uma brigada de técnicos especializados, que podem ser intermediários entre as necessidades das empresas e a capacidade dos instrumentos disponíveis (como, por exemplo, os centros de formação), o que é muito importante na aproximação da procura das medidas de solução e da oferta instrumental.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a Mariana Aiveca (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A gravidade do impacte económico e social da actual situação da indústria têxtil e do vestuário em Portugal, onde se prevê o desaparecimento de 80 a 100 mil postos de trabalho, exige a mobilização dos vários actores sociais e económicos, a intervenção dos poderes públicos em conjugação com a União Europeia e um rigoroso e urgente plano de crise.

O Bloco de Esquerda defende que o Governo crie um plano de emergência para enfrentar a crise social e económica na indústria têxtil e adopte medidas de urgência de apoio aos trabalhadores na situação de desemprego.

Tais medidas, devem assentar em cinco áreas cruciais.

Primeira: apoio comunitário à reestruturação económica das regiões com elevado peso relativo da indústria têxtil e do vestuário e accionamento da cláusula de salvaguarda prevista do Regulamento n.º 138/2003 do Conselho, de 21 de Janeiro de 2003, que, no seu considerando nove, diz o seguinte: «Entre as modalidades e condições de adesão da China à OMC, o parágrafo 242 do relatório do grupo de trabalho, que faz parte integrante do Protocolo de Adesão da China à OMC, prevê uma cláusula de salvaguarda específica, aplicável até 31 de Dezembro de 2008, relativa às importações para um país membro da OMC de produtos têxteis e de vestuário originários da China e abrangidos pelo Acordo sobre os Têxteis e o Vestuário.»

No entanto, face ao seu horizonte temporal limitado, é fundamental acelerar o apoio comunitário à reestruturação. As fronteiras comerciais já não são as de cada um dos Estados-membros mas da União. Por outro lado, uma política económica com futuro não se compagina com o regresso ao protecionismo. Defender o desenvolvimento de direitos sociais e laborais na China é a melhor forma de defender os direitos sociais e laborais dos trabalhadores europeus e, consequentemente, dos trabalhadores portugueses.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Por isso, a monitorização das condições sociais e ambientais de produção das mercadorias importadas não pode deixar de ser uma exigência da União, assumida com todo o rigor pelas autoridades comunitárias competentes, sob pena de se estar a incentivar o trabalho infantil, os crimes ambientais ou a concorrência desleal.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Segunda: criação de uma agência de inovação e desenvolvimento nas áreas de criação de valor-acrescentado (como o desenho, a gestão, a comercialização ou o marketing) no Vale do Ave, articulada com a Universidade do Minho, destinada a prestar serviços avançados às empresas que enveredem pelo caminho da inovação — para, assim, criar uma política de apoio à internacionalização das empresas com capacidade de criação de valor-acrescentado, que são a chave da defesa do emprego nas empresas fornecedoras.

Em terceiro lugar: investimento público e comunitário para a criação de emprego no sector privado e diversificação produtiva regional e medidas de apoio à contratação de licenciados e de trabalhadores do sector têxtil despedidos.

Em quarto lugar: incremento da formação e qualificação dos trabalhadores e apoio social de emergência, favorecendo a modernização do sistema de formação profissional, respondendo à necessidade de requalificar os trabalhadores de especialização estreita; aumento da formação profissional no local de trabalho, nomeadamente através de incentivos às empresas que promovam programas de requalificação e integração de trabalhadores despedidos da indústria têxtil; apoio social aos trabalhadores do sector têxtil desempregados, com idade superior a 45 anos e com um mínimo de 15 anos civis de actividade com registo de remunerações, que deverão ter acesso ao subsídio de desemprego até à idade prevista para a reforma, caso não consigam novo emprego; e redução dos prazos de garantia para atribuição das prestações de desemprego.

Em quinto lugar, é fundamental estabelecer regras limitadoras das deslocalizações e combate às falências fraudulentas que arrastam elevados prejuízos económicos e sociais para a comunidade. O objectivo deve ser limitar as deslocalizações e combater o abuso e a pilhagem de recursos, nomeadamente através de medidas como a imposição da obrigatoriedade de devolução de todos os valores recebidos em subsídios, incentivos, benefícios fiscais e outras vantagens por parte dos municípios ou do Estado, no caso de deslocalizações de empresas com resultados positivos, e a contratualização dos apoios ao investimento estrangeiro por períodos de 10 anos, sob condição de garantia da continuidade do estabelecimento e do emprego.

O Sr. Presidente: — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Vou terminar já, Sr. Presidente.

O Governo tem de tomar medidas urgentemente, sob pena de milhares de trabalhadores engrossarem os já gordos números do desemprego e da exclusão social.

Reestruturar o aparelho produtivo, criar marca e valor, requalificar e formar os trabalhadores e respeitar os seus direitos — em nossa opinião, só assim poderá haver futuro para o sector têxtil.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Pereira.

O Sr. Vítor Pereira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: depois de ouvir as intervenções do PSD e do CDS-PP, até parece que não tiveram quaisquer responsabilidades governativas em Portugal, designadamente nos últimos três anos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A crise que o sector têxtil actualmente atravessa é motivo de grande apreensão para as gentes da Covilhã, da Beira Interior e das restantes zonas do País onde esta actividade económica é preponderante.

Sendo, embora, certo que a indústria têxtil enfrenta graves problemas decorrentes da liberalização ocorrida no quadro da Organização Mundial do Comércio e, nomeadamente, da acção da China e da Índia, a verdade é que o PSD e o CDS-PP, enquanto estiveram no governo, não implementaram, em tempo útil, políticas eficazes para inverter a situação grave e estrutural que grassava no nosso sector têxtil.

Agora, apenas dois meses depois de terem abandonado as funções governativas, o PSD e o CDS-PP vêm aqui, demagógica e despudoradamente, «sacudir a água do capote» e «chorar sobre o leite que eles próprios ajudaram a derramar».

Para combater os graves problemas que se faziam sentir, o governo do PSD/CDS-PP lançou o famoso Plano para a Produtividade e Crescimento da Economia e o não menos famoso Plano de Intervenção para a Beira Interior (PIBI) inteiramente dedicado à Beira Interior.

Ora, segundo este último plano, o PIBI, aquele governo visava a criação de empregos qualificados e fixação de jovens, a dinamização da formação profissional inicial e de activos qualificados, o apoio a empresas e trabalhadores em processos de reconversão industrial, em particular na indústria têxtil, e o combate ao desemprego através de medidas de prevenção de situações de falência e de dificuldade económica empresarial.

Ora, em virtude de tais planos, estão à vista os resultados da «generosa e eficaz» acção governativa do PSD e do CDS-PP neste sector, nomeadamente no que concerne à região da Beira Interior, ou seja, nada fizeram, nada resolveram!!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, que vai utilizar tempo que lhe foi cedido pelo Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional (Fernando Medina): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar a Câmara nesta primeira intervenção que aqui faço.

O Governo reconhece que a situação do emprego é difícil a nível nacional, em particular na Região Norte, nas regiões onde é intensiva a indústria têxtil e do vestuário — Braga, Porto e Vale do Ave. Nestas regiões o desemprego tem crescido mais do que no resto do País e a situação social é mais difícil na medida em que o desemprego se encontra muito concentrado do ponto de vista tanto geográfico, como das pessoas de meia idade, como, ainda, de mão-de-obra desqualificada.

No entanto, não nos resignamos a encarar esta realidade como uma fatalidade nem ficamos passivamente à espera que um forte crescimento económico resolva o problema. Porque o desemprego é dos maiores flagelos sociais que afligem o País, assumimos que temos de mobilizar todos os recursos políticos para fazê-lo face.

Assim, a actuação do Governo, nesta matéria, dirigir-se-á em três frentes fundamentais.

A primeira, uma acção preventiva junto das empresas em dificuldade. O Sr. Ministro da Economia explanou-o em detalhe, mas a ideia do Programa Agir é a de agir antes, de forma integrada, mobilizando os diversos instrumentos públicos disponíveis, agir em proximidade às empresas, salvar o que puder ser salvo, mas sem «atirar» dinheiro para situações que não têm solução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este é o objectivo da estrutura de coordenação que foi aprovada no Conselho de Ministros, em 30 de Abril, e que, até ao final do presente mês, irá ser posta em funcionamento.

A segunda frente de actuação é a da acção preventiva junto das pessoas, reforçando a sua empregabilidade.

Nos últimos anos, apesar de o desemprego ter aumentado, o número de acções de formação, no distrito de Braga, pouco subiu. Por isso, a nossa estratégia é no sentido de formar mais pessoas dentro das empresas, formar para novas competências.

Neste sentido, o Governo comprometeu-se a aumentar, em 2005, o número de formandos abrangidos por acções de formação contínua e de reconversão, algo que é urgente fazer.

A terceira frente de acção é a da acção reparadora a desenvolver junto das pessoas que já se encontram na situação de desemprego. Aqui, a nossa estratégia é no sentido de apostar nas medidas mais eficazes dadas as características da região e das pessoas em causa.

Destaco quatro medidas que irão ser fundamentais do ponto de vista da acção do Governo: primeira, incentivar a criação do próprio emprego; segunda, estimular iniciativas locais de emprego; terceira, desenvolver as iniciativas de micro crédito; quarta, estimular formações de reconversão e passagem para outros sectores.

Aproveito para reafirmar o compromisso do Governo de que, até ao final de 2006, nenhum desempregado estará mais de um mês à espera de começar a receber o respectivo subsídio.

Para finalizar, a visão do Governo é a de que, não sendo o Estado o principal motor da economia, pode dar uma ajuda a esse processo. A visão do Governo é a de que, não sendo as políticas activas de emprego que resolvem o problema do desemprego, têm um papel muito importante.

Esta é a visão do Governo. Não foi assim no passado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento do debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. Francisco Madeira Lopes (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: O sector têxtil e do vestuário, de forte tradição e importante implantação histórica em Portugal, é, ainda hoje, um dos mais importantes sectores económicos nacionais com importantes reflexos, quer no peso que apresenta em termos da produtividade interna ou na balança comercial externa, em que o valor das exportações é superior em mais do dobro ao valor das importações, quer também pelos milhares de empresas e largas centenas de milhares de postos de trabalho que dele dependem, directa ou indirectamente, com reflexos determinantes na subsistência dos respectivos agregados familiares.

No entanto, este sector é também um dos que mais tem sofrido com a actual conjuntura económica, apresentando preocupantes quebras de produção, com o encerramento de empresas ou o despedimento de trabalhadores em massa, aumentando, a cada dia que passa, os números catastróficos do desemprego, revelando assim o período particularmente crítico que se atravessa neste momento.

O Acordo do Têxtil e do Vestuário, nascido no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, visando a liberalização do comércio internacional neste sector, definiu o prazo de Janeiro de 2005 para o fim das quotas de importação, estabelecendo assim um período de 10 anos, durante o qual competia aos Estados signatários do Acordo prepararem-se para este momento, tomando as medidas adequadas a amortecer o impacte que ora se faz sentir.

A adesão da China à OMC, em 2002, foi apenas mais um dado, ainda que um dado pesado, neste jogo de interesses económicos em que o lucro é o único critério de acção e em que os mais pequenos correm o risco de ser absolutamente cilindrados.

Já se passaram, assim, 10 anos em que não se fez tudo o que estava ao nosso alcance no sentido de estimular as empresas a operar a fundamental modernização e a apostar no factor crítico e do qual dependerá, em última instância, o sucesso ou insucesso neste segmento de indústria: a formação e a valorização dos trabalhadores.

Por isso, é preciso não perder mais tempo e agir já, antes que seja tarde demais, para que o accionamento das cláusulas de salvaguarda ainda tenha efeito útil e defina um prazo, tão amplo quanto possível, que permita ao maior número de empresas portuguesas dar passos firmes no sentido de se consolidarem, operarem a modernização tecnológica, a requalificação dos trabalhadores e a reconversão produtiva necessárias, a fim de poderem aguentar o embate de uma competição selvagem e crescer, voltando a recuperar terreno e postos de trabalho perdidos nos últimos anos.

Infelizmente, nem a Comissão Europeia nem os nossos sucessivos governos têm sido suficientemente céleres ou eficazes na tomada de medidas que permitissem ou estimulassem e incentivasse as nossas indústrias a dar passos nesse sentido.

Face à situação perfeitamente previsível e aos números já conhecidos, em que as importações da China de camisolas e de calças, só para citar dois exemplos, aumentaram em 790% e 694% respectivamente, neste

trimestre, relativamente ao ano passado, é manifestamente insuficiente e pontual, pecando ainda por tardia, a intenção, ontem manifestada por parte do Comissário europeu responsável pela política comercial da União, de abrir um processo de urgência para limitar a entrada de apenas dois produtos provenientes da China, deixando para daqui a vários meses a tomada de medidas relativamente aos outros segmentos de mercado que deveriam já ter sido considerados, como é o caso dos têxteis lar.

Fica claro que os países para os quais esta questão se apresenta com particular acuidade pelo peso que o têxtil e o vestuário têm nas suas economias internas, como é o caso de Portugal, como parceiro menos influente e que apresenta um peso relativamente reduzido no panorama europeu, correm o sério risco de ver os seus interesses suplantados pelos países de economia mais forte, para quem este sector não interessa tanto, por um lado, e aos quais interessa, por outro, principalmente, a abertura do mercado dos países em desenvolvimento, mesmo que isso seja feito à custa de economias como a nossa.

Esta conduta corresponde nitidamente a um modelo de construção europeia de pendor acentuadamente economicista em que os interesses da periferia, considerados minoritários, são suplantados pelos interesses contraditórios dos grandes países do centro e norte da Europa, em que as questões de emprego não são prioridade e que, definitivamente, não é o nosso modelo de Europa.

É óbvio que as cláusulas de salvaguarda, por si só e isoladamente, não poderão resolver o problema que se depara neste sector. Mas é igualmente claro que, neste momento e neste contexto, se apresentam as mesmas como um factor importante e não negligenciável a que devemos imperiosamente recorrer em conjunto com outras medidas que, infelizmente, tardam e talvez venham assim, lamentável e preocupantemente, a falhar.

O Governo não se pode alhear e alijar responsabilidades unicamente para as empresas. As políticas económicas, de investimento, de investigação e desenvolvimento, de emprego e formação profissional, se não são aptas a dar resposta a um problema estrutural desta natureza, não servem ao País, não servem a Portugal. É preciso dizer que as políticas que têm sido seguidas sucessivamente pelos governos PS e PSD/PP não têm sabido, por acção ou por omissão, dar resposta cabal a esta grave questão.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Neste momento, determinação por parte do Governo é o que se exige. Determinação no sentido de salvaguardar o interesse nacional e não ceder aos ditames da OMC, ao juízo parcial da Comissão Europeia ou à lógica de mercado, num processo de competição selvagem e desenfreada, típica do capital internacional sem rosto que tudo submete e subalterniza à busca de lucro.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate que tivemos hoje é extraordinariamente importante e actual. No entanto, creio que chegamos ao fim com a ideia de que, em grande medida, se disseram meias palavras. Sobretudo, disseram-se meias palavras sobre as responsabilidades e a forma de resolver esta crise.

Creio que os três principais responsáveis foram objecto de discussão, em grande medida, mas foram erradamente amnistiados.

Em primeiro lugar, as empresas. Cavaco Silva dizia, há 10 anos que o Vale do Ave é «a terra dos empresários ricos com empresas falidas». Não nos encontrarão muitas vezes a citar aprovadoramente Cavaco Silva mas, neste caso, bem sabemos que o Vale do Ave é uma terra de empresários ricos, riquíssimos, com empresas falidas.

Há 10 anos, desde a Ronda do Uruguai, em 1994, sabia-se que chegaríamos a esta abertura do comércio internacional. Durante 10 anos, estes empresários ricos com empresas falidas usaram a ameaça do comércio internacional para reduzir os salários dos trabalhadores, não para qualificar empresas, não para inovar, não para desenvolver a economia nacional, mas para explorarem o que fosse possível, em pouco tempo.

A grande maioria desses empresários é directamente responsável por esta situação e não se pode, não se deve, esperar que contribuam para a solução do problema que criaram.

Em segundo lugar, há uma outra responsabilidade. Creio que é preciso olhar para a China «com olhos de ver». A exploração do trabalho na China provoca desemprego na Europa e, aliás, no resto do mundo. E vale a pena dizer que, pelo menos do nosso ponto de vista, a exploração do trabalho na China não é um benefício do socialismo mas um malefício do capitalismo. Creio, portanto, que vale a pena chamar as coisas pelos seus nomes para evitar qualquer ambiguidade neste debate.

Em terceiro lugar, há um responsável de que aqui se falou pouco. O Sr. Ministro comentou um telefonema do Comissário Peter Mandelson, mas ficámos na dúvida, sem saber exactamente o que a União Europeia quer fazer. Peter Mandelson é um trabalhista inglês; Jacques Delors, um socialista francês, veio, aliás, confirmar o seu ponto de vista; e Mario Monti, um antigo Comissário da Concorrência, veio dizer exactamente o mesmo. Os três — e muitos outros com eles — não pretendem qualquer conflito comercial com a China, ou porque argumentam que houve muito tempo para preparação e que é tarde, ou porque a Organização Mundial do Comércio já disse que não aceita medidas a não ser um ano depois da entrada em vigor do novo Acordo Multifibras, ou por outras razões.

Mas o facto efectivo é este: a Comissão já nos disse que não quer nenhum programa sectorial para o sector têxtil. E o que nós percebemos, Sr. Ministro e Sr.^{as} e Srs. Deputados, é que a União Europeia não quer proteger o sector têxtil. Talvez tome medidas sobre as *T-shirts* ou sobre o linho, mas a União Europeia não quer defender o sector têxtil no seu conjunto. Pela muito simples razão de que, em função da sua visão do comércio internacional, a União Europeia aceita que o sector têxtil desapareça na Europa. O que Jacques Delors diz, ao levantar o véu desta negociação, é que é preciso não fazer guerra à China, porque a União Europeia quer vender aeronaves, telemóveis, comboios e equipamentos de metalomecânica pesada. Por isso, não quer causar conflitos. Quer que, na Europa, se produzam telemóveis e aviões e, na China, têxteis. E assim acabará o sector têxtil na Europa.

Nos últimos dois anos, 90% das máquinas têxteis exportadas pela União Europeia foram para a China. Há, evidentemente, quem beneficie desta situação, enquanto outros sectores entram em crise.

Por isso mesmo, não existe qualquer outra alternativa para defender o sector têxtil que não seja, para além da protecção momentânea — a qual termina em 2008, sabemos que termina em 2008 e que não se prolongará para além disso —, a de reforçar a sua capacidade inovativa, a sua inteligência, a sua capacidade.

Assim sendo, gostaria de ouvir do Governo uma resposta sobre a prioridade nacional que é relacionar aquelas empresas com a Universidade do Minho e com a sua capacidade e a sua construção de qualificações.

Falou-se de algumas medidas para melhorar o acesso ao subsídio de desemprego e ao microcrédito — são boas medidas. Mas do que nós precisamos agora, daqui a dois, três, quatro e cinco anos, é de uma indústria têxtil extremamente moderna e capaz, com trabalhadores qualificados e salários altos, para que não continuemos a ter este universo de empresários ricos com empresas falidas.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não resisto, em jeito de intervenção final, a comentar a que me antecedeu, dizendo que, se a injustiça (para não dizer mais) pagasse imposto, o Sr. Deputado Francisco Louçã estaria rico (para usar a sua expressão), muito rico — e até nem sei se, porventura, não o será...

Mas, em bom rigor, a verdade é que o início da sua intervenção foi um insulto ao empreendedorismo minhoto, nomeadamente àquele que, há muitas décadas, garante muitos postos de trabalho no Vale do Ave.

Aplausos do CDS-PP.

É que, Sr. Deputado Francisco Louçã, no Vale do Ave, como em todo o País (como na vida e como na política), há os bons empresários e os maus empresários...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... e qualificar o Vale do Ave como uma região dos empresários ricos, riquíssimos, das empresas falidas é um insulto.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Um insulto, diria, bem ao jeito do Bloco, que, de resto, o faz bem, muito bem, e com muita competência, porque, como ninguém, sabe e consegue insultar sem qualquer constrangimento.

Aplausos do CDS-PP.

Mas também isso fica-lhe muito mal, Sr. Deputado Francisco Louçã.

Quero também dizer que há um tempo para pensar e um tempo para avaliar, como há um tempo para agir. E para o Governo, que, em tempos de oposição, avaliou tanto, agora eleito, através do Partido Socialista, deve agir.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Na oposição, o Partido Socialista lembrou como o desemprego aumentava, como as empresas encerravam, como faria melhor. Agora, no Governo, tem, por isso, o Partido Socialista a obrigação de apresentar medidas e não ideias vagas, ideias genéricas, planos de intenções ou, até, regozijar-se, particularmente, com um ou outro telefonema que, porventura, tenha sido feito, por muito importante que seja a personalidade. Concretização de medidas, é isso que se impõe ao Governo — e a este Governo, porque é este Governo que já está em tempo de ser avaliado.

Dou como exemplo, Sr. Ministro, a questão que há pouco lhe deixei — e, numa intervenção final, o Governo poderia tê-la suscitado, mas não o fez — e que era a seguinte: o Governo prometeu 150 000 novos empregos durante a campanha eleitoral. Isto significaria a criação de 92 empregos por dia e, hoje, deveria já significar a promoção de 5520 novos empregos. Porém, sobre isto, o Governo nada disse. Era, por isso, tempo de concretizar, era tempo de afirmar, era tempo de demonstrar à Câmara e aos portugueses a diferença que, nisto, o Partido Socialista teria significado. Contudo, no seu silêncio, só demonstrou, para já — porventura, falo-á por atacado, como afirmei, lá para o final da Legislatura —, que essa diferença ocorreria, mas ainda não a vimos, Sr. Ministro.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Como também seria tempo para o Governo nos falar sobre aquilo que era a sua diferença no papel, no plano da União Europeia, não a reboque da França, mas, porventura, até liderando o processo, porque é aqui em Portugal que se verificam muitos dos exemplos mais significativos que justificam, desde logo, o processo de averiguações que pela União Europeia foi decidido, dando respostas para as regiões particularmente afectadas — são os casos do Vale do Ave e do Vale do Cávado, onde há tantos e bons empresários, onde se criam tantos empregos que é necessário garantir e defender, e que, nessa medida, esperam, no que toca a esses empresários, bons e válidos da região, o apoio do Governo. Sobre isso, era importante uma resposta — e não na base do Programa Dínamo, que já foi criado no antigo, que vem de outro governo e que ainda bem que beneficia este, mas através de outros, do Programa Agir e de muitos mais.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não queremos um governo que lamente connosco o encerramento de empresas, não queremos um governo que connosco se solidarize na necessidade da criação de novos postos de trabalho. Queremos um governo que, como lhe compete na sua função executiva, aja, nos apresente soluções e, mais do que isso, nos demonstre resultados.

O Partido Socialista, na oposição, afirmou aos portugueses que faria mais e melhor. Está no poder, é tempo de demonstrá-lo. Já era tempo de aqui ter trazido qualquer coisa. No que nos compete, na oposição, cá estaremos para lembrar ao Partido Socialista essa promessa todos os dias e, no final, até ao termo da Legislatura, ou, se assim não suceder, se o Partido Socialista entender que não mais será capaz, para o lembrar e para pedir, numa nova oportunidade, a devida e a justa avaliação.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Caríssimos Colegas: Comprovou-se a razão de ser e a utilidade deste debate proposto pelo Partido Comunista Português. Quanto mais não fosse porque esteve na génese, próxima ou remota, da apresentação muito recente de dois projectos de resolução sobre a indústria têxtil, que se juntarão a um outro que o PCP já entregara no dia 11 de Março deste ano.

A gravidade da situação justificava o debate. A gravidade da situação continua a justificar que a análise e o acompanhamento das questões económicas e sociais relacionadas com a indústria do têxtil e do vestuário passem a merecer da parte do Governo uma atenção permanente que, infelizmente, não tem tido. É fundamental (e não tem ocorrido no passado menos recente, no passado mais recente e também nos últimos tempos) que o Governo mantenha o País plenamente informado e assuma perante a Assembleia da República uma permanente atitude de debate sobre um sector produtivo que é fundamental, que é determinante no sector exportador e que assegura, apesar de tudo, cerca de 200 000 postos de trabalho.

Este debate — e a sua preparação, seja a nível do abaixo-assinado de 20 000 pessoas, que ontem deu entrada nesta Assembleia, seja a nível de muitos contactos e diversas visitas havidas com vários sindicatos e federações sindicais e igualmente com associações empresariais — justificou-se apesar das reticências, apesar das dúvidas, apesar, até, de alguma maledicência, que esperamos, sinceramente, terem sido desfeitas e que esperamos não ouvir repetidas jamais nem que sejam sob a forma de aspirinas, de alguns sectores, alguns mesmo reclamando-se de esquerda que parece, ou pareciam, estar mais preocupados com eventuais actos de protecionismo do que com o futuro imediato e cruel de cerca de 800 000 trabalhadores portugueses, que poderão perder o seu posto de trabalho e que, no conjunto dos responsáveis pela actual situação, não conseguem sequer descortinar os sucessivos governos. Quanto a nós, PCP, são eles, os sucessivos governos, que têm tido a responsabilidade maior pela actual situação.

Aplausos do PCP.

Não obstante algumas iniciativas que o Governo tomou junto da União Europeia, a verdade é que não é possível — e este debate comprovou-o — esconder ou desfazer a ideia clara de que o Governo chegou

atrasado ou, no mínimo, andou a reboque de outros países para os quais o sector têxtil e do vestuário tem até menor relevância económica e importância social do que em Portugal.

Já nem se fala da Comissão Europeia, pois a sua posição não mudou e já não espanta ninguém. Em Outubro de 2004, disse que iria analisar a questão até final desse ano; depois adiou e só aprovou os critérios em Abril; ontem mesmo, anunciava, como se fosse um enorme avanço, que seriam adoptadas medidas contra as importações de dois, apenas dois, produtos.

A posição da Comissão Europeia, o seu funcionamento burocrático, teve — e tem — objectivos precisos que já conhecíamos e que hoje foram de novo explicitados: adiar decisões, garantir que outros sectores produtivos da União Europeia, que não interessam fundamentalmente a Portugal, tenham mercado assegurado, mesmo que à custa da destruição, ou quase, do sector têxtil e do vestuário português. E, Sr. Ministro, isto é o que poderá suceder se as cláusulas de salvaguarda forem accionadas em Setembro, Outubro, Novembro ou Dezembro deste ano.

Esta posição da Comissão Europeia é a razão acrescida para uma intervenção formal enérgica do Governo português, que deveria ter assumido a liderança do processo, e isso manifestamente não aconteceu. Esta é uma crítica a que o Governo português não escapa e que este debate veio confirmar. Oxalá esta atitude passiva não venha a ter consequências drásticas.

Neste contexto e como conclusão deste debate que não podemos deixar de tirar é que é tempo de o Governo agir com mais firmeza na defesa dos interesses portugueses.

Finalmente, Srs. Deputados, uma última conclusão: as cláusulas de salvaguarda, mesmo que venham a ser accionadas, têm um alcance temporal limitado: terminarão em 2008. É fundamental que estes quase quatro anos sejam aproveitados, é essencial que outras medidas para promover a diversificação sejam adoptadas, que elas sejam caracterizadas de forma transparente, dotadas de meios financeiros adequados, explicitamente calendarizadas e rigorosamente acompanhadas, e fiscalizadas, pelos parceiros sociais.

Para além destas medidas, é necessário que seja desenvolvida uma política firme e permanente de fiscalização à importação ilegal sem qualidade, sem proveniência de origem ou que constitua fraude ou contrafação.

Por fim, é absolutamente essencial que sejam criados mecanismos sociais, específicos, para atender a uma situação...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se, queira concluir.

O **Orador**: — Terminei já, Sr. Presidente.

Como dizia, é absolutamente essencial que sejam criados mecanismos específicos para atender a uma situação social que pode atingir valores e dimensões verdadeiramente dramáticas.

É a isto que o Governo fica politicamente obrigado a fazer depois deste debate e é sobre a sua acção concreta que o País e nos próprios, PCP, permaneceremos atentos e vigilantes, porque assim o exigem os trabalhadores e a economia nacional.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosário Cardoso Águas.

A Sr.^a **Rosário Cardoso Águas** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate que hoje aqui realizámos, embora focado no sector têxtil, pode ser extensivo a todos os sectores tradicionais da economia portuguesa, porque a generalidade das nossas empresas assentaram, no passado, no modelo produtivo de mão-de-obra intensivo que pelo seu reduzido custo constituiu, ao tempo, uma vantagem competitiva do nosso país, mas esta vantagem deixou de existir porque hoje Portugal concorre com países onde a mão-de-obra é dez vezes mais barata.

A indústria têxtil e do vestuário é um exemplo muito representativo desta fragilidade agravada pela particularidade de ser um sector com forte concentração regional e com elevado número de trabalhadores.

A recente abolição das quotas no sector dos têxteis e vestuário veio precipitar as consequências, que já eram previsíveis, mas cuja dimensão e gravidade ultrapassou — reconheçamos todos — as previsões mais pessimistas.

É importante referir que, nestes últimos 10 anos, foi feito um esforço consequente, que merece ser sublinhado, por parte de muitas empresas e empresários, mas o universo das PME do sector têxtil tem uma dimensão que vai muito além destes casos de sucessos já consolidados, porque envolve mais de 200 000 trabalhadores concentrados em regiões que dependem em exclusivo deste sector.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos que a abertura do comércio não afecta apenas Portugal, mas é seguramente Portugal o País que é um dos mais prejudicados. Por essa razão, lamentamos

que o Governo não tenha assumido, no devido tempo e de uma forma tempestiva, a posição liderante que se lhe empunha, reclamando a aplicação das cláusulas de salvaguarda.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O processo de liberalização tem dois sentidos e para alguns países europeus esta abertura constitui efectivamente uma vantagem competitiva líquida, por um lado, através da contrapartida da exportação dos seus produtos e, por outro lado, porque muitos dos produtos que hoje são fabricados na China são-no na sequência de deslocalizações feitas por fábricas europeias.

A verdade é esta: há países nossos parceiros que são os principais interessados na abertura deste comércio e é por esta razão que o Governo de Portugal não pode limitar-se a aguardar diligências da Comissão Europeia, nem andar apenas a reboque, e volto a repetir, como já foi aqui dito por um colega meu, a reboque das iniciativas de outros países, porque a nossa realidade sectorial e regional é uma das piores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Comissão Europeia deu início ao processo prévio à adopção das medidas de salvaguarda, mas é imperioso que asseguremos, que pressionemos, para que este processo não se arraste ao longo dos meses, porque, enquanto a Europa se esmera na elaboração de relatórios e formulários, a China manda para a Europa, todos os dias, toneladas e toneladas de mais produtos.

Apelamos, pois, ao Governo que exerça a pressão necessária junto da Comissão Europeia para que este mecanismo de salvaguarda seja accionado com a maior urgência e que se aproveite também a firmeza e o exemplo das posições assumidas pelos Estados Unidos e pela Turquia, que são aliados de peso para a Europa nesta difícil situação que ameaça pôr em causa a economia de muitas regiões.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Mas, a par deste apelo, o Grupo Parlamentar do PSD quer deixar aqui expresso que, para nós, as medidas de salvaguarda são tão emergentes quanto são precárias e que, por isso, a sua aplicação não deve desviar e distrair o Governo da necessidade de criar outras medidas concretas de apoio ao sector têxtil para que neste período, até 2008, se criem condições de sustentabilidade económica para o sector.

O diagnóstico está feito, não é preciso fazer mais. Todos sabemos que a sobrevivência e a afirmação dos têxteis, bem como de todos os sectores tradicionais, passa pela introdução da inovação nos produtos e nos processos de fabrico. Sabemos que não há condições objectivas para concorrer no ciclo massivo da produção e, por isso, é necessário investir nos extremos da cadeia de valor do têxtil a montante e a jusante da produção, explorando as vantagens competitivas, que nestas áreas, como em mais nenhuma outra, não tem limites, porque dependem apenas da criatividade e do conhecimento.

Por isso, é necessário incentivar e promover o investimento incorpóreo nas marcas, na qualidade, no design, no conhecimento e na distribuição.

Queremos transmitir a esta Assembleia que só estamos disponíveis para ampliar acções e iniciativas de Governo que partam deste pressuposto pragmático: que o sector têxtil português não é viável se continuar a produzir os mesmos produtos, da mesma forma, ao mesmo preço e com o mesmo número de pessoas. Estamos disponíveis, sim, para apoiar o Governo na criação de medidas de emergência e concretas para o sector têxtil focalizadas nas empresas com capacidade e potencial de reconversão.

As soluções e medidas não devem ser generalizadas, nem discriminadas e por isso, para as situações de descontinuidade empresarial, defendemos a cooperação do Estado na promoção de investimentos alternativos e diversificados, apoiando a reconversão profissional dos funcionários.

Terminamos este debate com um tom amargo e até inédito: infelizmente, podemos assistir, por um lado, pelas intervenções que ouvimos, pelos projectos de resolução...

O Sr. Presidente: — Faça favor de concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Concluo de imediato, Sr. Presidente.

De facto, chegámos à conclusão pela leitura dos projectos de resolução, inclusivamente o do Partido Socialista, que eu não sei se o Sr. Ministro já teve oportunidade de ler, com a sensação de que todos os grupos parlamentares, no diagnóstico e em relação a uma boa parte das medidas que apontam, estão todos de acordo. Há uma única voz que não está alinhada e é dissonante: a do Governo.

Protestos do PS.

O Sr. Ministro veio aqui dizer-nos que tinha feito tudo o que era possível. A minha bancada quer dizer-lhe que aquilo que é «tudo» para o Sr. Ministro é «muito pouco» para nós e especialmente para Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Laranjeiro.

O Sr. Miguel Laranjeiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Socialista não esconde nem foge às dificuldades e aos problemas, tentando fazer crer que dessa maneira eles deixam de existir.

A indústria têxtil e do vestuário vive um problema que todos conhecemos. Não há, nesta matéria, partidos mais preocupados do que outros. Há, isso sim, partidos que se concentram exclusivamente no problema, esquecendo a apresentação de soluções, o que, manifestamente, não é o nosso caso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não escamoteamos o momento difícil por que estão a passar muitas empresas e trabalhadores de sectores tradicionais, como o têxtil e o vestuário. É um processo que está a ter um impacto social elevado em regiões como o Vale do Ave, o Vale do Cávado, a Beira Interior, entre outras.

A acrescentar ao problema vivido por este sector, algumas das regiões com uma forte presença dos têxteis e vestuário estão incluídas num conjunto de zonas menos favorecidas, isto é, com um índice de poder de compra *per capita* abaixo de 75% da média nacional, aumentando, assim, a fragilidade do tecido social.

Portugal é uma economia aberta, e continuará a sê-lo, porque essa é a melhor forma de garantir o crescimento e o desenvolvimento do País. A nossa integração na União Europeia faz com que partilhemos um espaço económico com regras, mas não esquecemos que esse espaço foi construído no princípio da solidariedade entre os países-membros.

A Comissão Europeia não deve nem pode ficar indiferente ao problema da indústria têxtil e do vestuário. Há, na Europa, milhões de trabalhadores do sector que vivem actualmente em dificuldades, tendo a sua situação profissional em risco.

O Governo português, através do Sr. Ministro da Economia, liderou um conjunto de 13 países que exigiram à Comissão Europeia uma investigação às exportações da China, em várias categorias de produtos com forte incidência e impacto na indústria nacional. O Governo português defendeu também a extensão das investigações e das consultas informais a categorias de produtos que até então não estavam contempladas.

Pela pressão exercida — discreta, mas eficazmente — por países como Portugal, a Comissão Europeia encetou já o procedimento de urgência para algumas categorias de produtos têxteis provenientes daquele país asiático.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há um trabalho a desenvolver nas instâncias comunitárias, mas também em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos que interiorizar uma atitude de confiança, entre todos os intervenientes: trabalhadores, empresários, investidores, Governo, partidos políticos, autarquias, universidades, centros de investigação.

Temos de ganhar esta batalha pelo lado da solução, não do problema.

Aplausos do PS.

Quero lembrar que o Governo do Partido Socialista, em 57 dias de mandato efectivo, já tomou algumas medidas que também podem e devem ser aproveitadas pelo sector têxtil.

A saber: o Programa AGIIRE, através do qual se pretende a efectivação de políticas de proximidade, no acompanhamento de situações de empresas com dificuldades; o Programa Inov-Jovem, com o apoio à colocação de 1000 licenciados nas pequenas e médias empresas; a reintrodução de benefícios fiscais para empresas que apostem em ciência e tecnologia; a implementação de estágios anuais para 500 quadros médios e superiores; ao nível das políticas sociais, a assumpção de políticas activas de emprego, colocando ao serviço dos desempregados os instrumentos existentes no Estado, nomeadamente os centros de emprego e os centros de formação profissional.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No projecto de resolução que o Partido Socialista hoje apresenta, há recomendações claras ao Governo, permitindo-me VV. Ex.^{as} que destaque algumas.

Primeiro, no trabalho com a Comissão Europeia, tendo em vista a rápida conclusão dos inquéritos já em curso e o alargamento das investigações a outras categorias de produtos têxteis; segundo, nas negociações ao nível da União Europeia com países terceiros, a consagração da implementação de mecanismos de reciprocidade, nomeadamente com a abertura de mercados internacionais à exportação de produtos têxteis europeus; terceiro, no acompanhamento atento, por parte da Europa, no sentido de serem cumpridas todos as regras multilaterais do comércio internacional.

No nosso projecto de resolução é ainda recomendado ao Governo que incentive novos projectos de investimento empresarial em regiões de forte impacto das indústrias do têxtil e do vestuário; que promova medidas para a adopção de novos modelos de negócios e que apoie as empresas dispostas a incorporar uma maior base tecnológica nos seus produtos;...

O Sr. Alberto Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... que, no âmbito do Programa AGIIRE, dê particular atenção às regiões e sectores mais atingidos pela reestruturação empresarial; que reforce a eficácia e os níveis de execução das políticas de emprego e de formação para estas mesmas regiões, para além do que foi anunciado esta tarde pelo Sr. Secretário de Estado do Emprego.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PS não esconde os problemas. Falamos verdade, porque essa é a melhor forma de chegarmos à solução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Com um discurso realista, sério e uma prática política eficaz, será possível ultrapassar um momento delicado, como o já fizemos no passado, noutras situações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Para concluir, quero aqui afirmar que, para o Partido Socialista, o têxtil de futuro tem futuro. E o PS está na linha da frente de um combate por um sector que é extremamente relevante para a nossa economia.

Estejam todos, nesta Assembleia, com essa mesma disponibilidade.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e da Inovação.

O Sr. Ministro da Economia e da Inovação: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria congratular-me pela oportunidade deste debate e pelo grande consenso que se formou relativamente ao diagnóstico da situação e a muitas das medidas necessárias.

Estamos a enfrentar uma situação muito delicada no sector têxtil, e não só. Somos uma economia inserida na globalização, o que tem muitas vantagens mas, também, o inconveniente de não haver um só dia de tranquilidade e de todos os dias termos de fazer melhor do que no dia anterior.

Creio que ficou claro que o problema dos têxteis merece ser visto a dois níveis: um nível de muito curto prazo e um nível que terá de ser resolvido até 31 de Dezembro de 2008. Em qualquer dos casos, não temos muito tempo à nossa frente.

No que diz respeito ao primeiro nível, o Governo português fez o que lhe incumbia. O Sr. Mandelson é trabalhista, eu sou Ministro de um Governo socialista. Não estamos de acordo, ponto final.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos uma opinião diferente daquela que foi defendida pelo Comissário Mandelson, uma posição mais cautelosa, mais morosa, mais gradual.

O Governo português não é proteccionista, o Governo português é amigo da China. O Governo português bate-se por uma evolução ordenada do crescimento do comércio internacional e do comércio com a China.

Tanto mais que não podemos esquecer os efeitos em países terceiros. Grandes produtores de têxtil — os países do Magreb, a Índia, o Bangladesh — são países politicamente instáveis, que podem ser afectados por este processo tanto como as próprias economias europeias.

Portanto, não é só por razões económicas mas também por razões políticas que o Governo português defendeu, e continuará a defender, uma via rápida para a resolução deste problema, mas uma via dentro do que está consagrado nos tratados. A aprovação imediata de uma cláusula de salvaguarda implicaria passar por cima do processo que está consagrado nos tratados.

Qual é esse processo? Uma vez iniciado o procedimento urgente (que foi desencadeado ontem para dois produtos), haver um período entre 60 e 90 dias para a China auto-impor limitações às suas exportações. Ora, o Governo português defende que este procedimento não deve ocorrer para dois produtos mas, sim, para um maior número de produtos.

Na esfera interna, o Governo não está de braços cruzados. Está a decorrer uma grande intervenção, desencadeada pela Inspecção-Geral das Actividades Económicas, sobre os artigos de origem asiática. Esta

intervenção visa detectar casos de contravenção relativamente à concorrência, à qualidade e à segurança dos produtos.

Apenas num dia, foram desencadeados 28 processos de contra-ordenação e quatro crimes, dois sobre a composição de fibras indicadas nos artigos.

O número de agentes económicos fiscalizados no primeiro trimestre de 2005 atingiu os 276, mais de metade do que o que se verificou no ano anterior e quase um número igual ao que se verificou em 2003.

Também se formou aqui um grande consenso sobre o caminho a seguir. Mas antes de elaborar sobre esse consenso, gostaria que perdéssemos 1 segundo sobre um número importante de empresas que são vencedoras no sector têxtil.

O sector têxtil está numa situação difícil e complexa, mas já emergiram vencedores que devem ser lembrados e utilizados como exemplos para todos. Faz parte da nossa prática e também da minha cultivar um espírito positivo e não um espírito de derrota e de pessimismo perante uma situação difícil.

Aplausos do PS.

Em Portugal, já temos, felizmente, alguns campeões no sector têxtil que podem servir de exemplo a muitas e muitas empresas que estão em dificuldade.

Quanto ao caminho a seguir, apraz-me registar o grande consenso de que a boa estratégia para termos resultados positivos terá de ser o efeito conjunto de políticas públicas activas e de um aumento da capacidade empresarial.

Queria recordar quais foram os principais vectores em que se apoiaram as empresas que tiveram sucesso: aposta em novos materiais; aposta nas marcas; aposta em nicho de mercado; inovação em processo de acabamentos e acabamentos específicos para novas fibras; aposta no desenvolvimento de têxteis técnicos e funcionais.

O Programa Dínamo vai ser reconfigurado, a ele será dada maior atenção e actividade. Há pouco, referi aqui, e repito, os três eixos ao longo dos quais ele vai desenvolver-se.

O eixo «imagem e internacionalização», duas dimensões que não podemos esquecer. Não faz qualquer sentido as nossas empresas olharem para um mercado interno que representa apenas 1% do mercado da União Europeia. O nosso mercado é o ibérico, na pior das hipóteses, ou o global, na melhor das hipóteses.

O eixo «formação» visa uma colaboração cada vez mais próxima entre as nossas universidades e a indústria, activar o Inov Contacto no que diz respeito ao sector têxtil — e 100 técnicos serão abrangidos — e a adequação do perfil de formação oferecido pelos nossos centros de formação profissional.

O terceiro eixo, «inovação e desenvolvimento», tem como objectivo reformular as iniciativas de inovação e desenvolvimento com incorporação de três pilares: pilar «materiais», com incidência nas nanotecnologias, materiais técnicos, funcionais e inteligentes; pilar «tecnologia», com incidência no processo e equipamentos inovadores; pilar «sistemas de informação avançados», com prioridade ao investimento nos sistemas de informação e comunicação.

Temos, por um lado, o Programa Dínamo, por outro, o Programa Agir. Tudo isto num contexto de uma cada vez maior proximidade com as empresas, com os empresários e com os trabalhadores, dentro de um espírito positivo, espírito esse que espero ter ajudado para a formação do grande consenso que se verificou na sessão de hoje.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, a próxima reunião plenária realiza-se amanhã, às 15 horas, e, para além do período de antes da ordem do dia, terá como ordem do dia um debate sectorial com o Ministério da Administração Interna, a apreciação conjunta, na generalidade, dos projectos de lei n.^{os} 27/X (PS), 66/IX (PCP) e 76/X (BE), a eleição para secretário da Mesa proposta pelo CDS-PP e votações à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Luís Manuel Carvalho Carito
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Rui António Ferreira da Cunha

Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino Costa

Partido Social Democrata (PSD):

José Eduardo Rego Mendes Martins
Vasco Manuel Henriques Cunha
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Rodrigo Pinho de Almeida
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Armando França Rodrigues Alves
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Social Democrata (PSD):

Luís Miguel Pais Antunes
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos

Partido Comunista Português (PCP):

Artur Jorge da Silva Machado

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
João Barroso Soares
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Nelson Madeira Baltazar
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD):

Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
José de Almeida Cesário
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas

Mas, para além da criação de novos empregos, apoiando empregos a título permanente, como eu disse, inclusivamente de recém licenciados, importa preservar o emprego que já existe, porque esta é uma questão da maior importância. Gostava, por isso, de saber, Sr. Ministro, se o Governo está ou não disposto a contratualizar com o investimento estrangeiro, isto é, a exigir regras claras para o comportamento nómada daqueles que vêm cá «montar a tenda», recebem incentivos, deduções e terrenos praticamente de graça e, depois, abalam à primeira oportunidade, fazendo com que eles paguem tudo aquilo que receberam, se, porventura, pretenderm abalar para outro país.

E, já agora, também em relação à preservação do emprego que existe, que medidas é que têm para a formação profissional? Para quando a acreditação da formação profissional, Sr. Ministro? Para quando a formação profissional no local de trabalho? Por que razão o Governo não propõe um número mínimo de horas de formação profissional no local de trabalho?

Permita-me também, Sr. Ministro, que lhe diga que é fundamental — e gostava de saber o que pensa a este respeito — criar uma agência reguladora e uma agência de inovação e desenvolvimento, que permitam um apoio à inovação, à criação de valor acrescentado e à internacionalização das nossas exportações, porque os têxteis representam 15% das nossas exportações.

Finalmente, Sr. Ministro, que medidas pretende o Governo tomar no que diz respeito ao apoio social aos desempregados do sector têxtil? Podemos perder 80 000 a 100 000 postos de trabalho, num total de 200 000. Que medidas pretende tomar?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Por exemplo, pretende permitir que eles tenham acesso mais rápido ao subsídio de desemprego? Pretende permitir que eles tenham acesso mais rápido à segurança social?

Parece-nos que são questões absolutamente fundamentais e todas elas, como um todo, serão uma parte substancial da resolução do problema e não apenas a «aspirina».

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Economia e da Inovação, V. Ex.^a começou por dizer que tinha muita honra em participar num debate sobre um tema de importância para a economia nacional como este. É verdade! Deixe-me, por isso, fazer este registo: se o Governo considerava este tema de tanta importância, só é pena que este debate ocorra não por sua iniciativa mas por iniciativa do Partido Comunista Português.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro considera que fez tudo o que devia fazer para atacar o problema com que nos estamos a deparar, que insistiu junto da Comissão Europeia, formalizou pedidos, etc., etc. É uma atitude de auto-satisfação, Sr. Ministro, que tenho pena de não acompanhar e que receio bem que não seja acompanhada por ninguém neste país que tenha estado atento ao problema nos últimos meses.

Em 26 de Abril, a Comissão Europeia anunciou uma série de medidas para avançar com as cláusulas de salvaguarda. Pergunto se foi preciso esperar até esta data para colocar a questão junto da Comissão Europeia, Sr. Ministro.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Foi preciso esperar que a Comissão dissesse quais eram os critérios para que o Governo português considerasse que havia uma situação grave e que valia a pena ter insistido na publicação desses critérios não em Abril mas logo em Janeiro, quando se começou a verificar a situação.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Estavam à espera!

O Orador: — Sr. Ministro, lamento dizer-lhe, mas, de duas, uma, há uma pessoa que falta à verdade, ou é o Sr. Ministro ou o Sr. Comissário Mandelson, porque, num jornal de referência deste país, no dia 26 de Abril, um porta-voz do Sr. Mandelson dizia que aguardavam ainda um pedido formal para poderem actuar, de qualquer Estado-membro, portanto, suponho, incluindo do Governo português.

Sr. Ministro, por que é que só depois desta data em que a Comissão Europeia anuncia um processo formal, relacionado com nove produtos, é que o Governo português descobre que, afinal, o processo não pode ser formal, tem de ser um processo de urgência? E por que é que só nessa altura, em finais de Abril, é que